



Programa Operacional
Agricultura e Desenvolvimento Rural



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA
FUNDO SOCIAL EUROPEU

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



1978-2003

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA

Com a CNA e os Agricultores, um Mundo Rural Vivo!

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL



Roberto Mileu
2002

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
Rua do Brasil, 155 — 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708960 — Fax: 239 715370
E-mail: cna@cna.pt

Autor:
Roberto Mileu

Edição:
Confederação Nacional da Agricultura – CNA

Paginação, Ilustração, Fotolitos e Impressão:
AT – Loja Gráfica

Depósito Legal:
92183/03

ISBN:
972-96068-2-X

Tiragem:
500 Exemplares



Este Caderno Técnico é co-financiado pela Medida 10 do Programa Agrário.



ÍNDICE

	Pág.
• Introdução	5
• AGRICULTURA	
- A União Europeia no Mundo	7
- Portugal na União Europeia	12
- Agricultura Portuguesa	27
• DESENVOLVIMENTO RURAL	48
• ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA	53





INTRODUÇÃO

Continuando a ser a fonte de alimentação e sobrevivência de toda a Humanidade, no mundo actual cada vez se dá menos importância à Agricultura e aos Agricultores.

Quando se fala de Agricultura são, quase obrigatoriamente, definidos dois campos:

A Agricultura e a produção alimentar que tanta falta faz a um conjunto elevado de Países e Povos sub-nutridos e com carências de várias ordens;

A Agricultura “moderna e competitiva”, normalmente identificada com a Agricultura Europeia (da União Europeia) e com a Americana (EUA).

Nesta dualidade de abordagem, não se vê a segunda definir e implementar Programas e Medidas eficazes e eficientes de Ajuda e Apoio à primeira ...

Por “descarga de consciência” engendram-se por vezes sistemas e operações de “caridade” a que se dão nomes pomposos (Ajuda alimentar, Acções de Desenvolvimento, etc.).

Não se observam acções sustentadas que conduzam esses Países e esses Povos a uma maior e melhor produção que minimize as suas carências e necessidades.

Por outro lado, na Agricultura “moderna e competitiva” intensificam-se e geram-se montanhas de excedentes que custam verdadeiras fortunas orçamentais. A União Europeia gasta mais de 150.000 € por cada hora que passa com armazenagem dos produtos entregues à Intervenção (que não têm escoamento no mercado normal) !!!

Entretanto fazem-se “Cimeiras” e outros eventos do género em que muito se discute mas pouco ou nada se resolve.

O Organização Mundial do Comércio, onde estão presentes ou representados centenas de Países, alinha-se em “blocos” e, em nome de todos, dois ou três desses blocos definem e decidem em nome do interesse geral aquilo que mais convém a eles próprios.

A União Europeia por um lado, os EUA por outro, o Japão e a China por outro, estabelecem regras: os outros que as cumpram !!!

Os EUA, para fazer face à União Europeia “criou” uma estrutura do género para o Continente Americano, a ALCA (Aliança para o Livre Comércio entre as Américas), onde, por força do seu imenso poderio, põe e dispõe.



Transgénicos, Promotores de Crescimento, Dioxinas e BSE lavram e singram num Mundo onde, curiosamente, nunca se falou tanto de Qualidade e Segurança Alimentar e onde, também, nunca se falou tão pouco em Soberania Alimentar ...

Desaparecem, por ano, centenas de milhares de explorações agrícolas em todo o Mundo, sobretudo explorações familiares, agrava-se a desertificação e aumenta o êxodo rural ao mesmo tempo que se impõem e ditam as suas leis as grandes multinacionais e a grande agro-indústria.

Portugal, neste "Mundo Global", sendo o mais pobre dos "ricos" da actual União Europeia vai ser, administrativa e estatisticamente, promovido a País remediado pelo simples facto de entrar em, com o Alargamento da União Europeia, um conjunto de novos Estados-membros que, infelizmente para eles, ainda estão piores que nós ...

Tremem, abanam e estão em risco os fluxos financeiros dos vários Fundos para Portugal.

Neste trabalho propomo-nos abordar todo um conjunto de questões que nos preocupam e trazer ao conhecimento diversas realidades.

Conhecer é elementar para discutir, tal como discutir é indispensável para encontrar soluções.





A UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO

A União Europeia relaciona-se económica e politicamente com várias Organizações e Grupos:

1 - Está presente na OMC (Organização Mundial do Comércio) e os seus Estados-membros são mais de metade dos membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico).

A OCDE tem no seu seio um Comité de Agricultura (COAG) que trata dos estudos e perspectivas de mercado de médio prazo, análise anual da evolução da política agrícola dos respectivos membros (e de outros que não são membros da OCDE). Trata também, para além das questões relacionadas com a Agricultura, de outras como o comércio, agro-ambientais, desenvolvimento rural, normas internacionais (certificação de sementes e de material de propagação florestal).

Entra as incumbências e actividades da OCDE estão ainda estudos, análises e relatórios sobre acesso ao mercado, apoios internos e competitividade das exportações, multifuncionalidade, segurança alimentar, relação comércio/ambiente, impacto da biotecnologia, comércio electrónico, códigos de conduta para as empresas multinacionais, etc., etc..

Muita coisa para fazer, como se vê...

2 - Em 1997 entrou em vigor, na U.E. o SPG (Sistema de Preferência Generalizada) que consiste num acesso preferencial aos mercados comunitários para uma vasta gama de produtos agrícolas provenientes dos países em desenvolvimento, à excepção dos produtos para os quais existe, na U.E., uma OCM (Organização Comum de Mercado).

3 - A União Europeia é membro da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), estando presente nos Comités de Agricultura, da Segurança Alimentar e dos Produtos de Base e das Florestas.

4 - Participa também a União Europeia no Acordo Internacional dos Cereais que tem duas componentes:



Convenção do Comércio de Cereais;
Convenção relativa à Ajuda Alimentar .

Esta última tem por objectivo contribuir para a Segurança Alimentar mundial, melhorar a capacidade da comunidade internacional para responder a situações de emergência em termos alimentares e a outras necessidades de alimentos dos países em desenvolvimento.

5 - A União Europeia faz parte da Organização Mundial Internacional do Açúcar que trata, entre outras coisas, dos preços do açúcar no mercado mundial.

6 - Existem acordos e relações comerciais bilaterais e regionais com distintos Países e Grupos, nomeadamente:

Com os Estados Unidos;

Com o Canadá;

Com o México;

Com o Chile;

Com o Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina);

Com a África do Sul;

Com o Japão e a República da Coreia;

Com a Nova Zelândia;

Com Países Mediterrânicos (Israel, Marrocos, Tunísia, Argélia, Egito, etc.)





COMÉRCIO EXTERNO

Neste “Mundo Global”, o relacionamento da União Europeia com o “resto do Mundo”, feito a vários níveis, tem um significado que não devemos esquecer.

Segundo o Relatório 2000 sobre a situação da Agricultura na União Europeia (documento da Comissão Europeia), no que respeita ao Comércio Externo, em mil milhões de USD (dólares EUA):

- Exportações da União Europeia (todos os produtos)	822,1
(produtos agrícolas)	57,9
- Importações para a União Europeia (todos os produtos)	796,6
(produtos agrícolas)	61,6

Relativamente ainda às Trocas Comerciais, da União Europeia, referem-se alguns saldos (em milhões de €):

1 - SALDOS POSITIVOS:

Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	7.937
Leite e laticínios, ovos, mel natural	3.199
Preparações alimentícias diversas	1.879
Preparações à base de cereais	2.341
Produtos da indústria de moagem	1.306
Carne e miudezas comestíveis	1.135
Cereais	855



2 -SALDOS NEGATIVOS:

Frutos Comestíveis	6.479
Café, chá, malte e especiarias	4.651
Sementes e frutos oleaginosos	4.050
Resíduos e desperdícios de indústrias agr o-alimentares	2.470
Produtos Hortícolas, raízes, tubér culos	1.276
Cacau e suas preparações	833

3 -TOTALS:

Total de todos os produtos	(16.631)
Total dos produtos agrícolas	(2.369)

No que respeita ao destino das principais expor tações da U.E., em milhões de dólar es (USA) e para os produtos agrícolas:

EUA	57.436
Canadá	15.487
China	11.190
Rússia	1.383

Quanto à origem das principais impor tações da U.E., (na mesma moeda):

EUA	42.515
Canadá	11.078
Rússia	10.339
China	7.394

Esclarecendo, as impor tações da Rússia:

Carne e miudezas comestíveis	1.896
Açúcar e pr odutos de confeitaria	1.334
Tabaco e sucedâneos manufacturados	1.186
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagr es	785
Frutas comestíveis	719
Preparações alimentícias diversas	527
Gorduras e óleos animais ou vegetais	511



Nesta “panóplia” de Exportações e Importações, em documentos mais por menorizados, é hábito aparecerem Grupos/Blocos referidos apenas por iniciais/siglas.

Para quem tenha curiosidade, aqui identificamos alguns:

BACIA MEDITERRÂNICA

Malta, Chipre e Magrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia), Próximo Oriente (Turquia, Egito, Israel, Líbano, Síria, Jordânia, Gaza e Jericó).

PAÍSES DO GOLFO PÉRSICO

Arábia Saudita, Koweit, Barém, Omã, Catar, Emiratos Árabes.

ASACR (Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional)

Índia, Paquistão, Bangladeche, Maldivas, Sri Lanka, Nepal, Butão.

ANASE (Associação das Nações do Sudeste Asiático)

Mianmar, Tailândia, Laos, Vietname, Indonésia, Malásia, Brunei, Singapura, Filipinas.

ALENA

Países signatários do acordo de Comércio Livre da América do Norte (ALCA)

MERCOSUL (Mercado Comum da América do Sul)

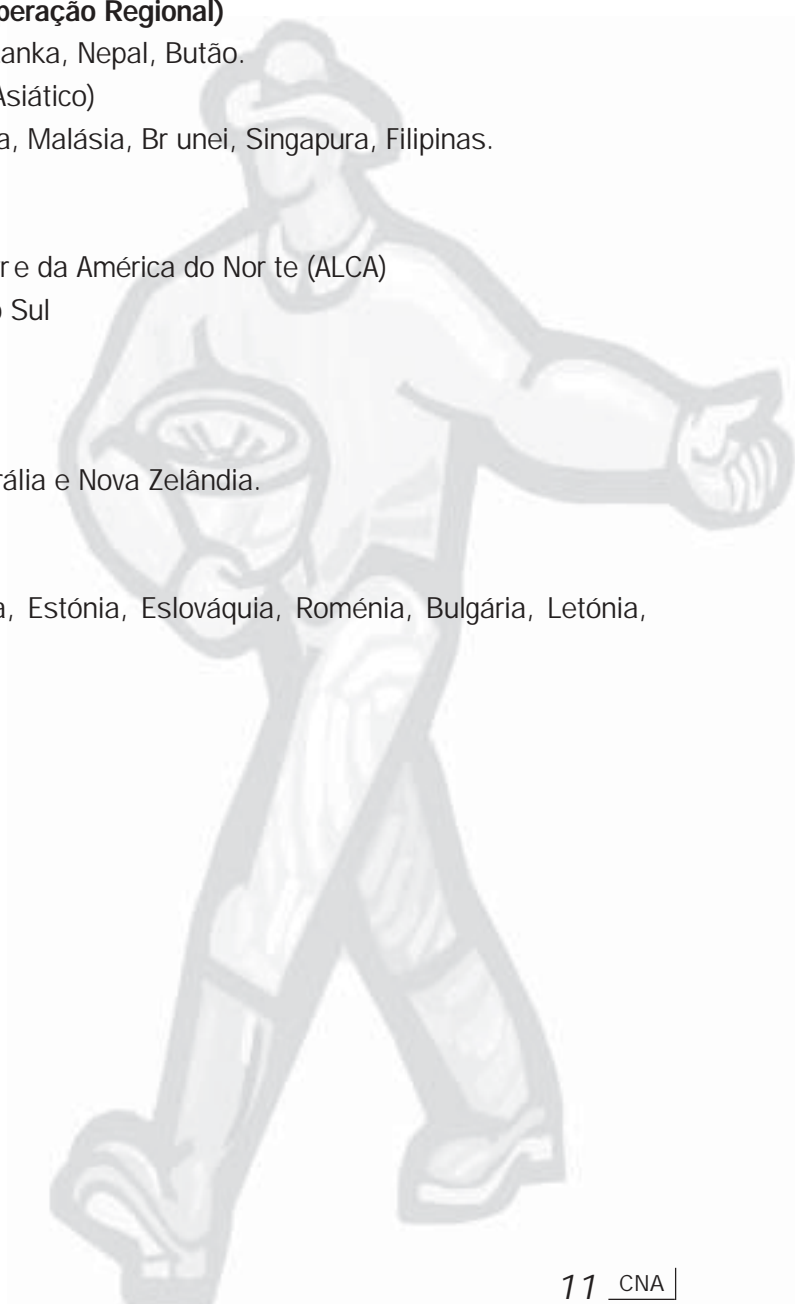
Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina.

ACP (África, Caraíbas e Pacífico)

70 Países, entre os quais: África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

PECO (Países da Europa Central e Oriente)

Polónia, República Checa, Hungria, Eslovénia, Estónia, Eslováquia, Roménia, Bulgária, Letónia, Lituânia.







PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

Portugal aderiu (ou foi admitido) em 1986 à então CEE (Comunidade Económica Europeia).

Desde então até hoje (e também na fase de pré-adesão), muitos Programas e Quadros Comunitários disponibilizaram recursos e fluxos financeiros para o nosso País.

Importa dizer aqui que, em termos de financiamentos, o dinheiro antes de vir tem que ir, ou seja, o Orçamento da União Europeia é composto pelo que para lá mandam os Estados-membros, através de:

Uma percentagem sobre o PIB de cada E.M.;

Uma percentagem sobre o IVA;

Direitos aduaneiros e Quotizações.

Convém também clarificar se Portugal é ou não um Contribuinte líquido (paga mais do que recebe) em termos da União Europeia. De uma forma global, Portugal é beneficiário líquido (recebe mais do que paga), pois o somatório do que recebe do FEOGA, do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão é superior ao contributo Português para o Orçamento Comunitário.

Era contribuinte líquido relativamente à Agricultura, isto é, do total que Portugal enviava para o Orçamento Comunitário aquilo que recebia do FEOGA era inferior à sua contribuição.

O “peso” de Portugal nas decisões comunitárias é proporcional à sua importância económica, social e demográfica isto é 5 votos em 87 nas decisões do Conselho.

Vamos, em seguida, situar o nosso País na actual União Europeia a 15, recorrendo ao já citado Relatório 2000 da Comissão Europeia.

1 - AGRICULTURA E PIB / HABITANTE

	SAU/Expl. (ha)	POPULAÇÃO ACTIVA NA AGRIC.%	PRODUÇÃO LEITE %	PRODUTOS FRESCOS %	PRODUÇÃO TRIGO %	PIB/ /HABITANTE €
Bélgica	20,6	2,4	2,6	3,6	1,4	23.343
Dinamarca	42,6	3,3	3,9	0,6	4,1	23.997
Alemanha	32,1	2,9	21,7	5,6	19,4	22.463
Grécia	4,3	17,0	2,2	6,6	4,0	14.277
Espanha	21,2	7,4	5,6	22,5	7,0	16.953
França	41,7	4,3	20,2	14,1	34,2	21.395
Irlanda	29,4	8,6	3,7	0,8	0,4	23.226
Itália	6,4	5,4	11,0	24,5	10,9	20.449
Luxemburgo	42,5	1,7	0,2	-	-	35.980
Holanda	18,6	3,2	8,5	8,8	0,7	21.713
Aústria	16,3	6,2	2,2	0,6	1,3	23.178
Portugal	9,2	12,7	1,6	3,8	0,7	15.111
Finlândia	23,7	6,4	2,7	0,7	0,3	20.886
Suécia	34,7	3,0	3,0	0,6	1,5	19.985
Reino Unido	69,3	1,6	10,6	7,1	14,1	20.348
UE - 15	18,4	4,5	100,0	100,0	100,0	20.610

Relativamente a outras produções, o “peso” de Portugal na U.E. é:

Milho	3,4%
Arroz	6,7 %
Tabaco	1,6 %
Azeite	2,0 %
Sementes Oleaginosas	0,5%
Frutas Frescas	4,9 %
Vinho e Mostos	7,2 %
Bovinos	1,5 %
Suínos	2,3 %
Ovinos e Caprinos	3,7 %
Aves da Capoeira	3,5 %

2 - RESULTADOS ECONÓMICOS AGRÍCOLAS GERAIS

	VAB / ha De SAU €	VAB / UTA UE-15 = 100	CONSUMO INTERMÉDIO/ /PROD. FINAL %	RENDIMENTO DO EMPRESÁRIO E FAMÍLIA / UTF €
Bélgica	1.714	165	65,4	24.600
Dinamarca	1.168	236	52,9	17.900
Alemanha	865	146	54,6	15.600
Grécia	1.678	56	24,9	5.700
Espanha	506	77	44,6	18.500
França	791	145	49,5	19.800
Irlanda	503	82	49,8	13.400
Itália	1.692	86	27,5	12.600
Luxemburgo	725	143	47,8	16.900
Holanda	3.985	158	50,4	29.900
Austria	504	109	52,3	14.100
Portugal	547	24	50,4	2.100
Finlândia	350	96	67,3	11.800
Suécia	280	94	73,2	4.500
Reino Unido	503	138	54,5	20.900
UE - 15	860	100,0	46,8	13.400

Recorda-se que o VAB é igual à diferença entre o Produto Bruto e os Consumos Inter médios, sendo estes os Factor es de Produção (Adubos, Sementes, Fitofármacos, Rações, Combustíveis, Serviços do Exterior , etc.).

O nível do VAB / UTA em Portugal (24% da U.E.-15), deve-se, em nosso entender , à conjugação de 2 coisas:

Baixo VAB/hectare;

Mais mão-de-obra na Agricultura.

O baixo nível do Rendimento do Empresário e Família por UTF (Unidade de Trabalho Família) em Portugal tem a ver com os dois aspectos referidos no ponto anterior , somados a outros 2:

Pouca área média / exploração;

Mais mão-de-obra familiar / exploração.

3 - RESULTADOS ECONÓMICOS SECTORIAIS

Segundo os dados da RICA (Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas) que recolhe dados por Estados-membros e depois os conjuga a nível da União Europeia, no geral e por Orientação da Produção, a situação portuguesa é, comparativamente com a média da UE-15:

ORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO	DIMENSÃO EXPLORAÇÕES				VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO DA EXPLORAÇÃO /UTA		RENDIMENTO DO EMPRESÁRIO E FAMÍLIA / UTF €	
	SAU (Ha)		UTA					
	EU-15	P	UE-15	P	UE-15	P	UE-15	P
Culturas Anuais	35,1	9,7	1,40	1,39	15.200	3.400	11.800	2.900
Horticultura	4,1	3,8	2,97	2,03	19.500	3.900	19.600	3.700
Viticultura	10,4	6,5	1,60	1,37	19.700	5.500	17.600	6.800
Outras Culturas								
Permanentes	7,7	9,4	1,41	1,34	11.100	2.800	11.000	2.800
Leite	38,2	11,5	1,71	1,74	20.600	5.500	15.600	12.400
Herbívoros								
(sem leite)	55,4	31,5	1,47	1,56	14.100	4.600	11.800	3.500
Granívoros	19,6	1,9	1,77	1,52	36.600	7.700	31.500	7.400
Mista								
(Culturas e Pecuária)	42,8	13,7	1,70	1,48	17.000	2.700	12.400	2.500

NOTA:

Estes resultados obtêm-se por OTE (Orientação Técnico-Económica) onde, para a sua "inclusão" em qualquer das OTE, a Margem Bruta respectiva tem de pesar, na Margem Bruta Global da exploração, pelo menos 66%.

Quer isto dizer que estes resultados se reportam a explorações quase "especializadas", deixando de fora muitas outras, de policultura e actividades mistas (por exemplo: Leite - Batata - Milho - Vinha) que são predominantes de Portugal.

4 - DIMENSÃO ECONÓMICA DAS EXPLORAÇÕES

Tendo como fonte o GPP AA (Panorâmica Agrícola 2000) e a Eurostat/Comissão Europeia, elaborámos um Quadro Comparativo entre os Estados Membros, no que respeita à estratificação das explorações, segundo a sua Dimensão Económica.

Recordamos que a Dimensão Económica é estabelecida com base na MB (Margem Bruta) global da exploração e é expressa em UDE (Unidades de Dimensão Europeia), correspondendo a cada UDE um MB de 1.200 €

Em função do número de UDE as explorações são classificadas, em termos de Dimensão Económica:

Milho	3,4%
MP - Muito Pequenas	(até 4 UDE)
P - Pequenas	(de 4 a 16 UDE)
M - Médias	(de 16 a 40 UDE)
G - Grandes	(mais de 40 UDE)

	% de EXPLORAÇÕES				ÁREA MÉDIA (Ha de SAL)			
	MP	P	M	G	MP	P	M	G
Bélgica	18	21	19	43	2	7	17	36
Dinamarca	6	33	21	40	5	13	30	77
Alemanha	31	25	21	23	3	12	26	99
Grécia	56	37	5	1	1,6	6	15	33
Espanha	54	30	11	5	7	15	46	167
França	26	19	25	30	4	17	41	90
Irlanda	26	40	22	12	10	22	39	74
Itália	66	24	7	3	1,7	8	19	60
Luxemburgo	25	25	25	25	3	11	21	93
Holanda	1	21	18	60	3	5	10	26
Austria	42	34	19	5	11	13	26	48
Portugal	67	26	5	2	2,4	9	33	150
Finlândia	20	32	30	18	8	17	27	46
Suécia	37	29	16	18	8	23	48	99
Reino Unido	30	23	16	31	18	32	64	148
UE-15	50	27	12	11	3,6	12	32	91

Repare-se que, para atingir mais de 40 UDE (48.000 € de Margem Bruta Global), a Bélgica e a Holanda precisam de 36 e 26 hectares de SAU, respectivamente, enquanto que Portugal, Reino Unido e Espanha necessitam de 150, 148 e 167 hectares.

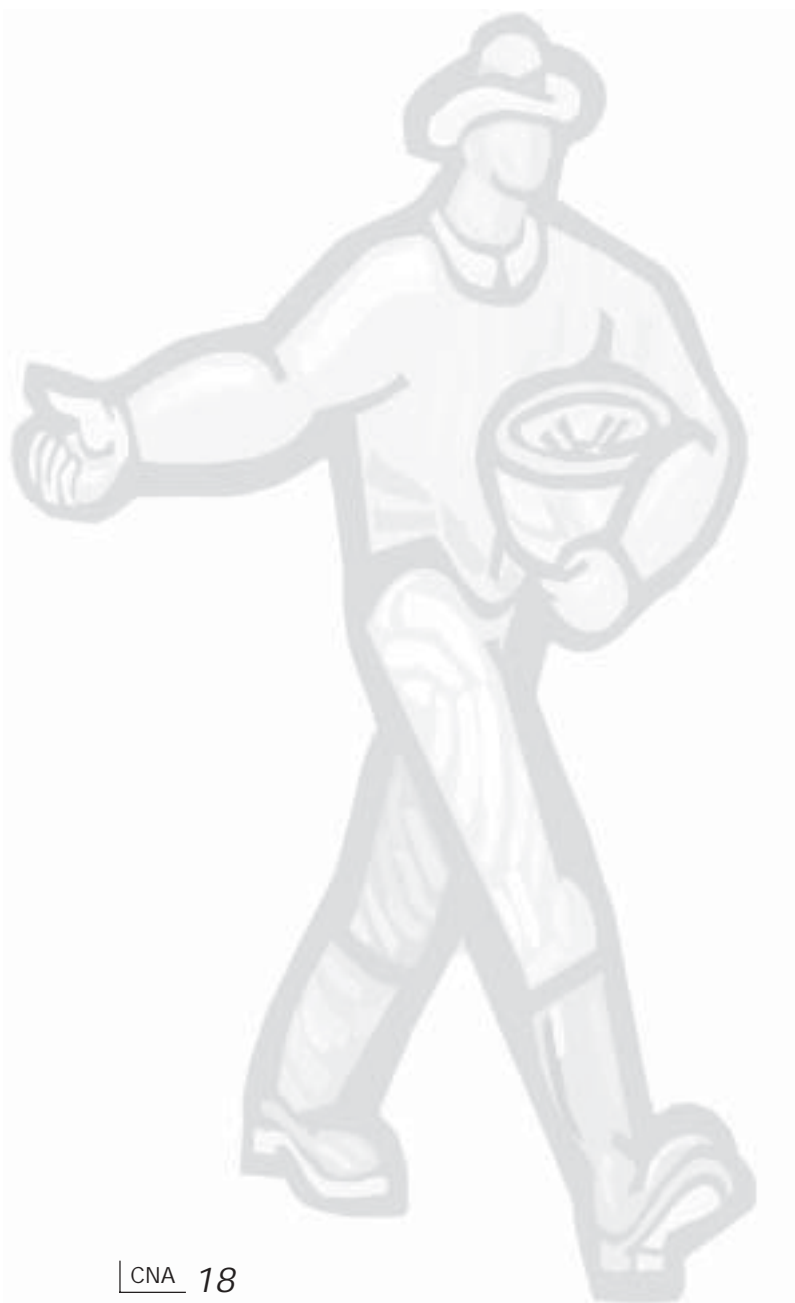
Repara-se, ainda, que o conjunto de MP (Muito Pequenas) e P (Pequenas) explorações com estas Dimensões Económicas, representam:



Em Portugal	93%	do total das explorações
Na Grécia	93%	" " " "
Na Itália	90%	" " " "
Na Espanha	84%	" " " "

ao passo que as explorações de M (Média) e G (Grande) Dimensão Económica, são:

78%	das explorações na Holanda
62%	" " " Bélgica
61%	" " " Dinamarca
55%	" " " França

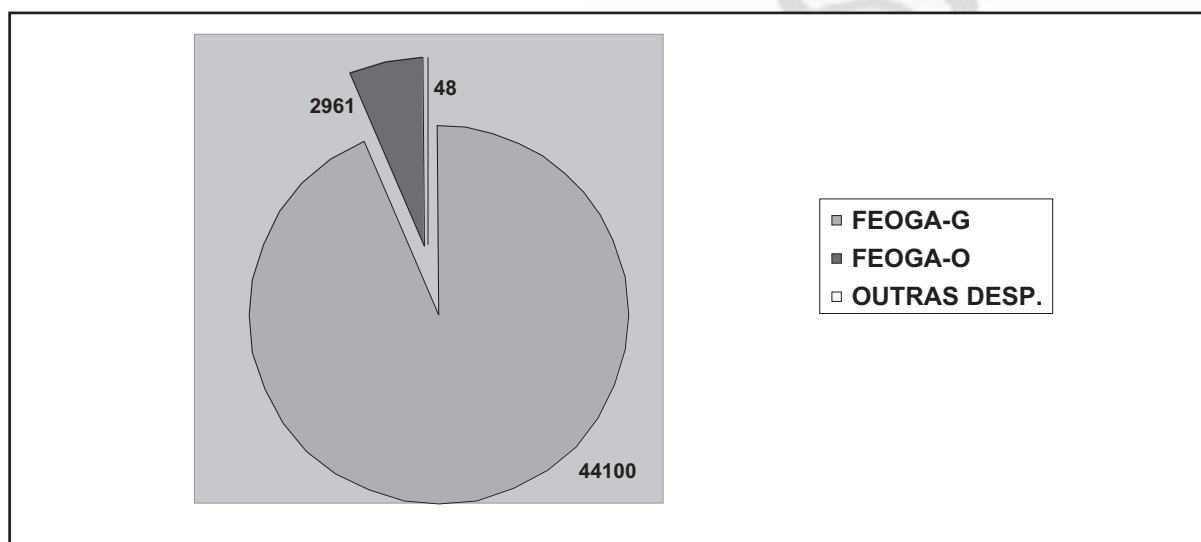


5 - QUESTÕES FINANCEIRAS

O Orçamento da PAC foi, para 2002, no montante de 44.922,5 milhões de €, assim “repartido” (em milhões €):

1 -FEOGA-Garantia	44.100,2
2 -FEOGA-Orientação	2.961,0
3 -Outras Despesas Agrícolas	47,6
4 -Total (1 + 2 + 3)	47.108,8
5 -Cobranças a título da P AC (Direitos Niveladores + Cotizações Açucar)	2,186,3
6 -Custos Líquidos da PAC (4-5)	44.922,5

DESPESAS AGRÍCOLAS DA PAC
(milhões de €)



No FEOGA-Garantia (93% do total das despesas agrícolas), estão incluídos 4.495,0 milhões de € relativos ao Desenvolvimento Rural que dizem respeito às Medidas de Acompanhamento de Reforma da PAC/92 (Cessação de Actividade, Florestação de Terras Agrícolas e Agró-Ambientais) e às Indemnizações Compensatórias.

Por Sector as Despesas desagregam-se, em termos de União Europeia – FEOGA-Garantia (milhões de€):

Produções Vegetais	26.713,0 (63,5%)
Produções Animais	9.558,8 (22,7%)
Despesas Conexas	1.447,5 (3,4%)
Desenvolvimento Rural	4.363,5 (10,4%)



A grande "fatia" destes dinheiros vai, como se sabe, para as Ajudas Directas aos Produtores. Num total de 36.154,4 milhões de € no ano de 2000, salientam-se:

A - PRODUÇÃO VEGETAL

Cereais (sem Milho e Arroz)	8.841,9
Azeite	2.156,2
Ajuda ao Pousio	1.848,0
Oleaginosas	1.318,2
Milho	1.159,0
Trigo Duro	1.006,2
Tabaco	984,9
Ervilhas, Favas e Tremoço	524,2
Linho e Cânhamo	411,9

Repara-se, nesta listagem, os 1.848,0 milhões de € gastos com Ajudas ao Pousio (receber sem produzir) que, representando 7,3% do total de Ajudas Directas mantém cerca de 6 milhões de hectares improdutivo na U.E. para os quais o Orçamento Comunitário (afinal dinheiros de todos nós) canaliza perto de 370 milhões de contos/ano (na nossa antiga moeda)

B - PRODUÇÃO ANIMAL

Vacas Aleitantes	1.566,0 milhões €		
Ovinos e Caprinos	1.365,0	"	"
Bovinos Machos	1.299,4	"	"
Extensificação	715,5	"	"
Complemento Ovinos/Caprinos	368,9	"	"

Portugal, com 8% do Trabalho Agrícola, com 3% de SAU e contribuindo com 2,4% para o Produto (VAB pm) em termos de União Europeia-15 recebe, no conjunto de Ajudas Directas, apenas 1,6% desse total.

Na prática, recebemos MENOS por Unidade de Trabalho Agrícola, MENOS por hectare e de SAU e MENOS por exploração !!!

Recebemos menos por Unidade de Trabalho Agrícola por que praticamos um conjunto de culturas e actividades que ocupam mais mão-de-obra e são pouco ou nada apoiadas pela actual PAC (Batatas, Hortícolas, Vinha, Pomares, etc.) e ainda por que o peso de mão-de-obra agrícola no total é significativo no nosso País.

Recebemos menos por hectare e devido às razões acima apontadas (culturas pouco ou nada apoiadas pela PAC) e ainda por que as nossas produtividades (Rendimento/Ha são muito inferiores às da grande maioria de outros E.M.. Como exemplos:



A Grécia produz 8.360 Kgs de Arroz/ha e nós 6.110
 A Bélgica produz 8.440 Kgs de Trigo Mole/ha e nós 1.710
 A Alemanha produz 5.420 Kgs de Trigo Duro/ha e nós 1.800
 A Espanha produz 9.470 kgs de Milho/ha e nós 5.340

Recebemos menos por exploração por que temos baixas produtividades por hectare e porque a nossa área média das explorações é muito inferior à de outros E.M., bastando recordar que a SAU/exploração é em Portugal, de 9,2 hectares, enquanto que no Reino Unido são 69,3 ha, na França 41,7 ha, na Bélgica 20,6 ha, na Espanha 21,2 ha e na Holanda 18,6 ha.

Continuando com as Ajudas Directas Portugal recebe, no total 1,6% da U.E.-15.
 Vejamos nas principais produções o que “calha” ao nosso País:

Cereais (sem Milho e Arroz)	0,6%
Milho	5,6%
Oleaginosas	0,5%
Trigo Duro	1,9%
Ajuda ao Pousio	0,9%
Arroz	6,4%
Azeite	2,0%
Tabaco	1,7%
Vacas Aleitantes	2,5%
Bovinos Machos	1,7%
Ovinos e Caprinos	3,3%

Realce-se o “peso” das ajudas directas, em termos de Portugal comparado com a UE-15, do Milho, do Arroz e dos Ovinos/Caprinos.

Ao contrário do que muita gente pensa, a importância da produção de Milho em Portugal tem vindo a crescer e ultrapassa o volume de Ajudas Directas vindas para os outros Cereais, o que só acontece, na U.E. com:

(Milhões de €)

	Milho	Outros Cereais
Holanda	65,0	56,1
Itália	455,2	426,9
Portugal	64,9	53,4
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
enquanto, França	225,3	2.867,9
Alemanha	176,8	2.119,9



Espanha	124,1	795,3
Bélgica	37,4	91,5
Reino Unido	7,7	972,7
U.E.-15	1.159,0	8.841,9

Importa ainda referir que 61% da área cultivada com Milho se situa nas Regiões Agrárias de EDM, BL, BI, e Trás-os-Montes.

A “distribuição” do FEOGA-Garantia foi em 2001, por E.M., por Milhões de €, por % e por UTA (Unidade de Trabalho Anual):

	Milhões €	%	€ / UTA
França	9.248,0	22,0	9.276
Espanha	6.193,0	14,7	6.659
Alemanha	5.878,8	14,0	9.497
Itália	5.349,6	12,7	4.484
Reino Unido	4.380,8	10,4	13.195
Grécia	2.616,6	6,2	4.664
Irlanda	1.599,4	3,8	9.088
Holanda	1.155,3	2,7	5.450
Dinamarca	1.114,2	2,6	15.057
Áustria	1.054,7	2,5	6.241
Bélgica	938,0	2,2	13.028
Portugal	881,6	2,1	1.679
Finlândia	816,1	1,9	7.699
Suécia	780,3	1,9	11.147
Luxemburgo	29,5	0,1	7.375

Estão incluídas no FEOGA-Garantia as verbas para o Desenvolvimento Rural (Medida de Acompanhamento da Reforma da PAC/92 e Indemnizações Compensatórias) pelo que Portugal apresenta 2,1% e não os 1,6% já referidos respeitantes às Ajudas Directas.

Algumas constatações:

1 - Cinco E.M. (França, Alemanha, Espanha, Itália, e Reino Unido) recebem 64,4 % das verbas do FEOGA-Garantia.

2 - A Espanha recebe 7 vezes mais que Portugal e a Grécia recebe 3 vezes mais que o nosso País.

3 - Numa época em que cada vez se fala mais da importância do Mundo Rural, da População Agrícola-



la e do Combate à Desertificação, das verbas do FEOGA-Garantia, cada UT A (Unidade de Trabalho Anual) recebe, em Portugal:

- Menos 13.378 € que na Dinamarca
- Menos 11.516 € que no Reino Unido
- Menos 11.349 € que na Bélgica
- Apenas 18,1% do que na França
- Apenas 17,7 do que na Alemanha
- 25% do que em Espanha
- 36% do que na Grécia
- 18% do que na Irlanda

Razões para isto?

São quase sempre as mesmas:

- Agricultura com Culturas/Actividades pouco ou nada apoiadas pela PAC;
- Relativo peso da Mão-de-Obra Agrícola;
- Baixas Rendimentos e Produtividades.

Como curiosidade, refere-se que a Grécia recebe só para Tabaco e Plantas Têxteis 919,6 milhões de €/ano ao passo que Portugal recebe, para tudo, 881,6 milhões de €/ano do FEOGA-Garantia.

Ainda por curiosidade anotam-se mais comparações com a Grécia:

Recebe o dobro do que Portugal para Culturas Arvenses

Recebe 11 vezes mais para o Azeite

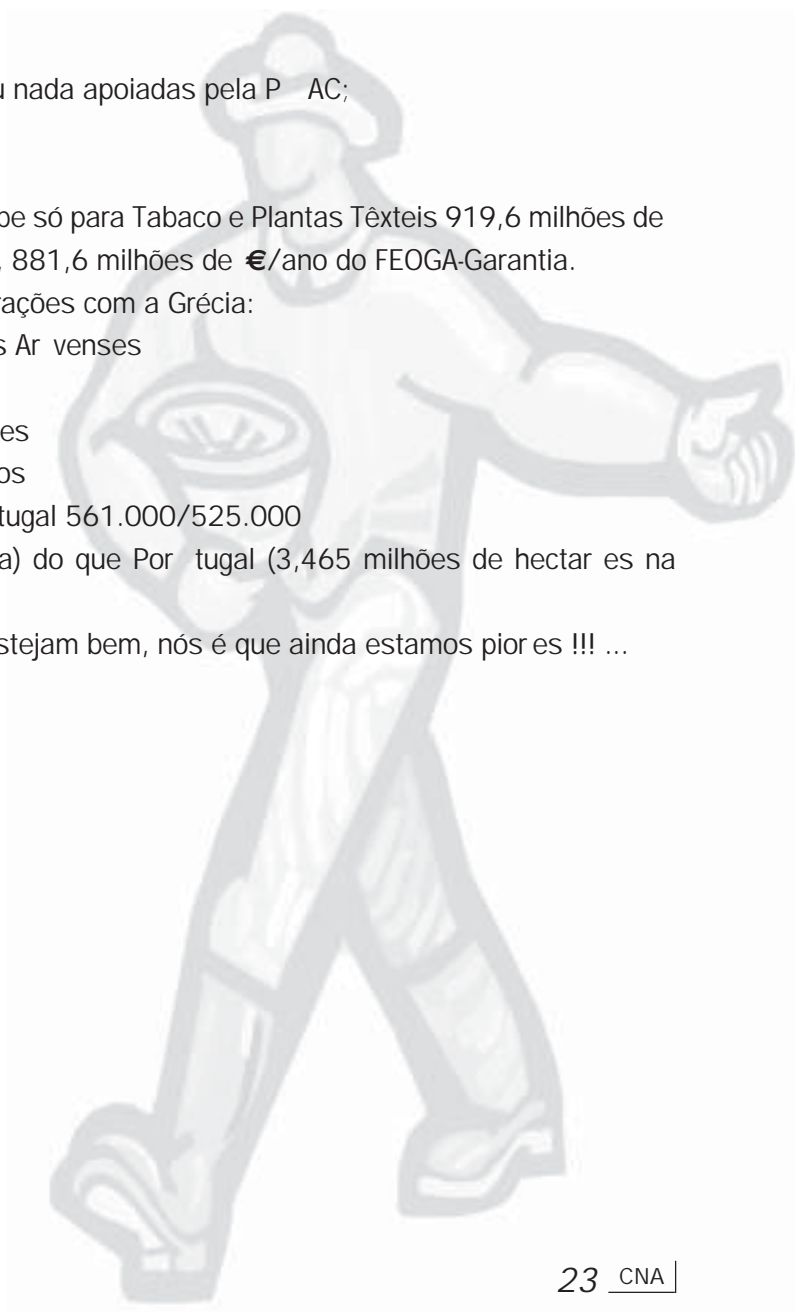
Recebe 5 vezes mais para as Frutas e Legumes

Recebe 4 vezes mais para os Ovinos e Caprinos

Tem praticamente as mesmas UTA's que Portugal 561.000/525.000

Tem menos SAU (Superfície Agrícola Utilizada) do que Portugal (3,465 milhões de hectares na Grécia e 3,812 no nosso País.

Não é que os nossos companheiros Gregos estejam bem, nós é que ainda estamos piores !!! ...





REPARTIÇÃO DAS AJUDAS DIRECTAS (Por Escalões)

Com elementos da própria D.G.Agricultura (Comissão Europeia) e faltando os dados da Grécia (que às vezes se esquece de os fornecer), vejamos a “repartição” das Ajudas Directas na, neste caso, U.E.-14.

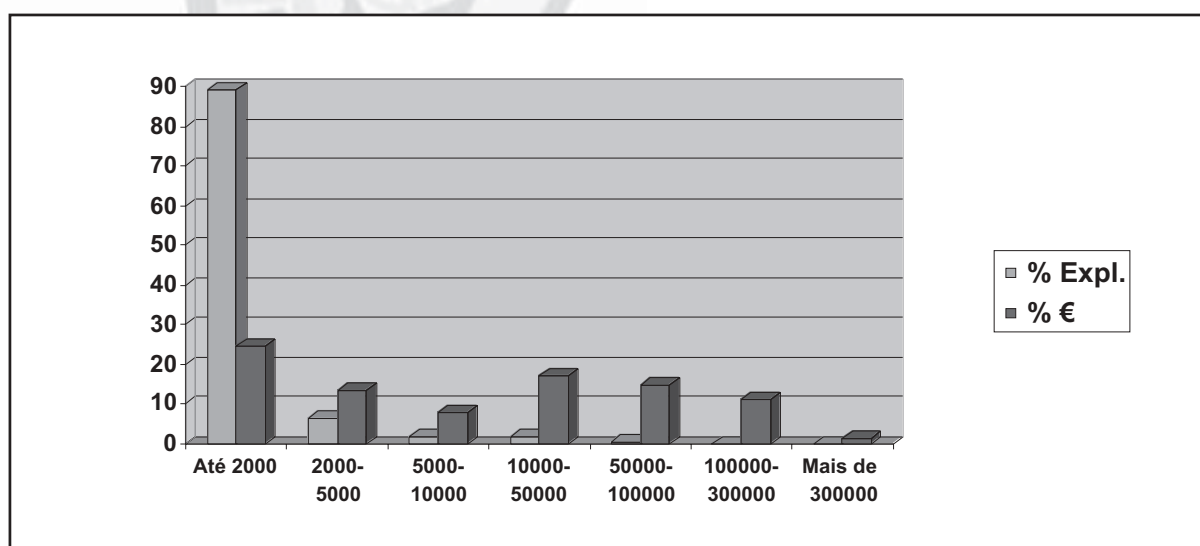
AJUDAS DIRECTAS	U.E.-14		PORTUGAL	
	% EXPLORAÇÕES	% €	% EXPLORAÇÕES	% €
Até 2.000 € / exploração	62,3	7,0	89,3	24,4
2.000 a 5.000 € / “	16,3	10,7	6,5	13,3
5.000 a 10.000 € / “	9,2	13,0	1,8	8,1
10.000 a 50.000 € / “	10,9	43,8	1,9	17,2
50.000 a 100.000 € / “	0,9	12,5	0,3	14,7
100.000 a 300.000 € / “	0,2	8,7	0,11	11,0
Mais de 300.000 € / “	0,07	4,2	0,09	1,5

Nos escalões acima de 50.000 € / exploração, enquanto na U.E.-14 1,2 % das explorações recebem 25,4% das Ajudas Directas, em Portugal 0,5% das explorações recebem 27,2 % das mesmas Ajudas Directas.

Isto é, além de recebermos menos, ainda o que recebemos é mais mal distribuído do que na U.E..

Para corrigir desigualdades, injustiças e assimetrias continuamos a considerar indispensáveis a MODULAÇÃO e o PLAFONAMENTO a nível da União Europeia.

AJUDAS DIRECTAS EM PORTUGAL





AGRICULTURA PORTUGUESA

Importa, a nosso ver, caracterizar a Agricultura Portuguesa não só na situação actual como a evolução que se tem verificado ao longo dos anos.

Importa, igualmente, analisar os vários “períodos e etapas” como sejam a adesão de Portugal à então CEE, as suas consequências e resultados.

Quem é desse tempo, ainda se lembra que os problemas iriam ficar todos resolvidos:

Viria muito dinheiro para o nosso País;

Passariam a haver Preços Garantidos à Produção;

Portugal deixaria de ser um País isolado.

Quem é desse tempo, recordar-se-á ainda de algumas “estratégias” definidas pelos analistas e bem pensantes:

Se a CEE precisa de Carne de Ovino, deve ser a grande aposta;

Se a CEE tem lagos e montanhas de Leite e Manteiga, não devemos produzir mais Leite;

Esqueceram-se todos de que, quer os dinheiros para a pré-adesão, quer os dinheiros pós-adesão poderiam (e deveriam), no caso Português ser, preferencialmente, utilizado para:

Investimentos em estruturas e infraestruturas;

Aumento de áreas de regadio;

Correcção de estruturas fundiárias;

Aumento de Produtividades e Rendimentos;

Preparação de Concentração da Oferta e Escoamento dos Produtos;

Rejuvenescimento do Tecido Agrícola;

Capacitação Profissional;

Preservação do Ambiente;

Melhoria da Qualidade dos Produtos;

Combater a Desertificação e o Êxodo Rural;

Diminuir a nossa dependência Agro-Alimentar.

Vieram “rios e rios” de dinheiro e, passados todos estes anos, constata-se (fonte: GPP AA):

O VAB pm (Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado) Agrícola no VAB pm da Economia Portuguesa era, em 1990, de 5,9% e em 2000 de 2,8%.



O número de explorações agrícolas em Portugal continental reduziu-se 31% entre 1989 e 1999. A terra arável diminuiu 26% (menos 615.000 hectares), com destaque para a Batata e o Feijão (tradicionais no nosso País), em que houve diminuições de cerca de 50.000 hectares em cada uma destas culturas.

Entre 1989 e 1999 a área de Frutos Frescos (excepto Citrinos) foi reduzida em 23.400 hectares com destaque para o Ribatejo e Oeste, a Beira Interior, Alentejo e Algarve.

A área de Olival reduziu-se em 5.500 hectares, sobretudo no Alentejo e no Ribatejo e Oeste.

Verificou-se em igual período, uma diminuição na área de Vinhos Comuns de 66.500 hectares, que não foi compensada pelo aumento de 16.300 hectares na área de VQPRD.

A População Residente em explorações agrícolas diminuiu 37,6%; a População Familiar com actividades Agrícolas decresceu 28,6% e os Trabalhadores Permanentes diminuíram 33,1%.

As UTA's (Unidades de Trabalho Anual) decresceram 45,8% no período 1989 / 1999 e as UTA's Familiares 48,2%, com destaque para EDM, BL, BI e RO.

A variação da Estrutura de Produção Agrícola a Preços de Mercado (com base no GPP AA – Panorama Agricultura 2000), foi, entre 1989 e 1999:

A – VARIAÇÕES POSITIVAS:

Vinho	6,3%
Outros Produtos Vegetais	3,7%
Suínos	1,2%
Batata	0,4%
Outros Animais	0,3%
Azeite	0,2%

B – VARIAÇÕES NEGATIVAS:

Cereais	4,1%
Bovinos	4,2%
Frutos (excepto Citrinos)	2,0%
Ovinos e Caprinos	1,1%

Variações sem grande significado em dez anos, mas o que importa é analisar na globalidade e aqui poderemos constatar, entre 1990 e 2000 (a evolução do Produto e Rendimento) em milhões de contos:

	1990	2000	VARIAÇÃO %
Produção (preços de mercado)	962,4	1.136,1	+ 18,0
Consumo Inter médio	439,4	582,7	+ 32,6
Valor Acrescentado Bruto (preços mercado)	523,0	553,4	+ 5,8
Subsídios (inclui Agrário-Ambientais e I.C.'s)	28,5%	107,4	+ 276,8



VAB (a custo de factores)	548,9	655,6	+ 19,4
Consumo de Capital Fixo	127,8	151,3	+ 18,4
Valor Acrescentado Líquido (a custo de factores)	421,1	504,3	+ 19,7
Rendimento Líquido da Mão-de-Obra Total	355,4	451,9	+ 27,1
Rendimento Líquido p/ Mão-de-Obra Familiar	244,7	335,1	+ 36,9

Apesar de um aumento de 276,8% no montante dos Subsídios, registaram-se acréscimos na Produção de 18,0% contra 32,6% no aumento do Consumo Inter-médio (sementes, adubos, rações, combustíveis, oficinas, etc.), com o Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado a subir 5,8% em dez anos.

Os Rendimentos Líquidos da Mão-de-Obra Total subiram 27,1% e para a Mão-de-Obra Familiar aumentaram 36,9% nos mesmos 10 anos, a uma média simples de 2,71% e 3,69% ano, seguramente abaixo da inflação verificada neste período.

Os reflexos de tudo isto estão claros no Comércio Externo e podem compará-lo, igualmente, entre 1990 e 2000 (em milhões de contos):

	IMPORTAÇÕES		EXPORTAÇÕES		SALDO	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
1 - Agricultura	220,4	357,2	33,7	66,4	- 186,7	- 290,8
2 - Ind. Agro-Alimentares	168,3	471,0	92,6	230,7	- 75,7	- 240,3
3 - Total (1 + 2)	385,7	828,2	126,3	297,1	- 262,4	- 531,1

Neste período de 10 anos, o Saldo Comercial (negativo) da Balança Agrícola e Agro-Alimentar aumentou 268,7 milhões de contos (1.343,5

A produção Agrícola em Portugal (Continente), em volume e por toneladas foi, em 2000:

Hortícolas	1.509.547
Milho	886.549
Frutos Frescos	800.712
Batata	683.941 (a)
Trigo	352.207
Carne de Suíno	355.423 (b)
Animais de Capoeira	293.280 (b)
Arroz	143.369
Carne de Bovino	100.786 (b)
Frutos de Casca Rija	63.876
Carne de Ovinos/Caprinos	26.259 (b)

a) Um ano muito abaixo do normal (a produção média ronda 1 milhão de toneladas).

b) Carne limpa.



No que respeita ao Vinho foram 6,37 milhões de hectolitros e o Azeite foram 281.745 hectolitros.
Registe-se

“teimosia” e coragem dos nossos Agricultores em continuar a produzir produtos com pouco ou nenhum apoio da União Europeia e das más Políticas de Preços e Mercados - Hortícolas, Batata, Vinho, etc.



ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Com base no RGA 99 / INE

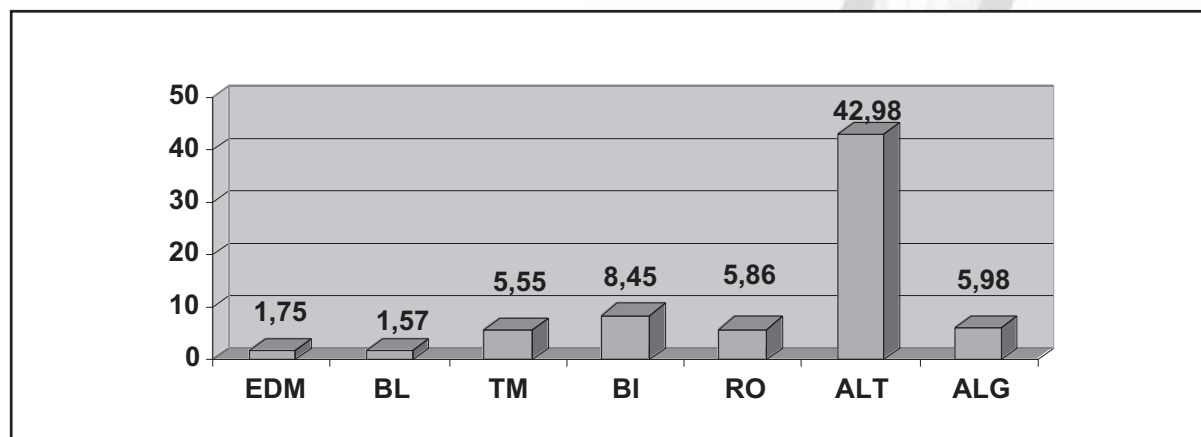
	Superfícias Expl.Agrícolas(Ha)	SAU(Ha)	Superfície Florestal(Ha)	Culturas Permanentes(Ha)	POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
EDM	374.832	215.675	151.340	35.529	284.443
BL	316.646	169.779	132.359	48.292	246.329
TM	637.104	457.881	109.749	192.795	196.960
BI	618.526	418.977	208.875	93.058	121.920
RO	706.000	447.853	328.112	117.592	170.116
ALT	2.158.882	1.924.043	934.444	161.657	91.678
ALG	227.578	101.932	62.287	56.309	47.972
CONTINENTE	5.039.569	3.736.140	1.927.165	705.232	1.123.418

Importará relacionar a SAU (Superfície Agrícola Utilizada) com as UTA's (Unidades de Trabalho Anual), por Regiões.

Ha de SAU / UTA

EDM	1,75
BL	1,57
TM	5,55
BI	8,45
RO	5,86
ALT	42,98
ALG	5,98

SAU / UTA





As Terras Aráveis, as principais Culturas Praticadas e as Culturas Permanentes têm a seguinte distribuição, em Ha:

SAU / UTA

	CONT.	EDM	BL	TM	BI	RO	ALT	ALG
Trigo	216.873	108	976	15.698	2.468	13.922	180.901	2.801
Milho	154.582	38.322	35.886	8.786	11.517	35.305	23.529	1.235
Outros Cereais	211.280	2.136	11.101	32.308	25.487	19.462	116.412	4.374
Hortícolas	98.013	13.862	20.664	19.579	9.497	18.166	13.040	3.205
Culturas Industriais	80.983	22	573	58	2.780	7.951	69.385	213
Cult.Hort.Intens.Flores	35.798	2.610	1.988	276	289	23.136	6.219	1.281
Culturas Forrageiras	386.677	51.889	29.576	31.266	73.193	55.956	138.290	6.508
Pousio	562.646	459	2.874	50.162	30.744	33.820	429.328	15.259
Frutos Frescos (- Citr.)	52.342	1.868	3.563	9.051	6.769	24.614	2.686	3.791
Citrinos	22.428	696	631	585	415	2.789	2.188	15.124
Frutos Sub-Tropicais	1.197	780	173	4	4	12	7	217
Frutos Secos	80.281	674	996	46.334	4.276	746	1.997	25.258
Olival	335.028	1.126	17.585	72.288	60.235	36.829	138.084	8.791
Vinha VQPRD	116.428	26.734	19.005	42.968	15.490	4.595	7.603	33
Outros Vinhos	95.393	3.497	5.489	21.325	5.657	47.489	8.977	2.958

Os efectivos pecuários, em Cabeças Normais, são, por Região:

Bovinos	872.144	239.728	111.249	59.746	39.655	104.336	308.852	8.578
Ovinos	291.772	14.088	18.973	32.552	45.379	26.324	147.634	6.822
Caprinos	51.902	6.620	8.247	7.352	10.796	4.656	11.995	2.235
Suínos	579.978	30.283	120.378	16.149	18.367	264.957	113.608	16.238
Equídeos	54.326	4.492	5.275	18.329	9.703	6.266	7.583	2.679
Aves	478.407	39.716	151.940	8.245	9.963	245.489	19.904	3.151

Fonte: RGA99, INE

Relativamente à Produtividade da Terra, expressa na MB (Margem Bruta)/SAU, em €/Ha é, ainda segundo o INE:



	MB por Ha
Entre Douro e Minho	2.115
Beira Litoral	1.925
Ribatejo e Oeste	1.885
Algarve	1.486
Trás-os-Montes	758
Beira Interior	444
Alentejo	264
CONTINENTE	753

Já no que respeita à MB/UTA, ainda em € por UTA, a desagregação regional é distinta, fruto naturalmente da relação SAU/UTA e da Produtividade da Terra.

O ideal seria conjugar bem a relação Terra/Produtividade/MB

	MB por UTA (€)
Alentejo	11.333
Ribatejo e Oeste	11.033
Algarve	8.874
Trás-os-Montes	4.200
Beira Interior	3.736
E.D. e Minho	3.711
Beira Litoral	3.028

O Entre Douro e Minho e a Beira Litoral, com maiores Produtividades da Terra são os que obtêm menores MB/UTA !!!

Problemas de dimensão média das explorações...

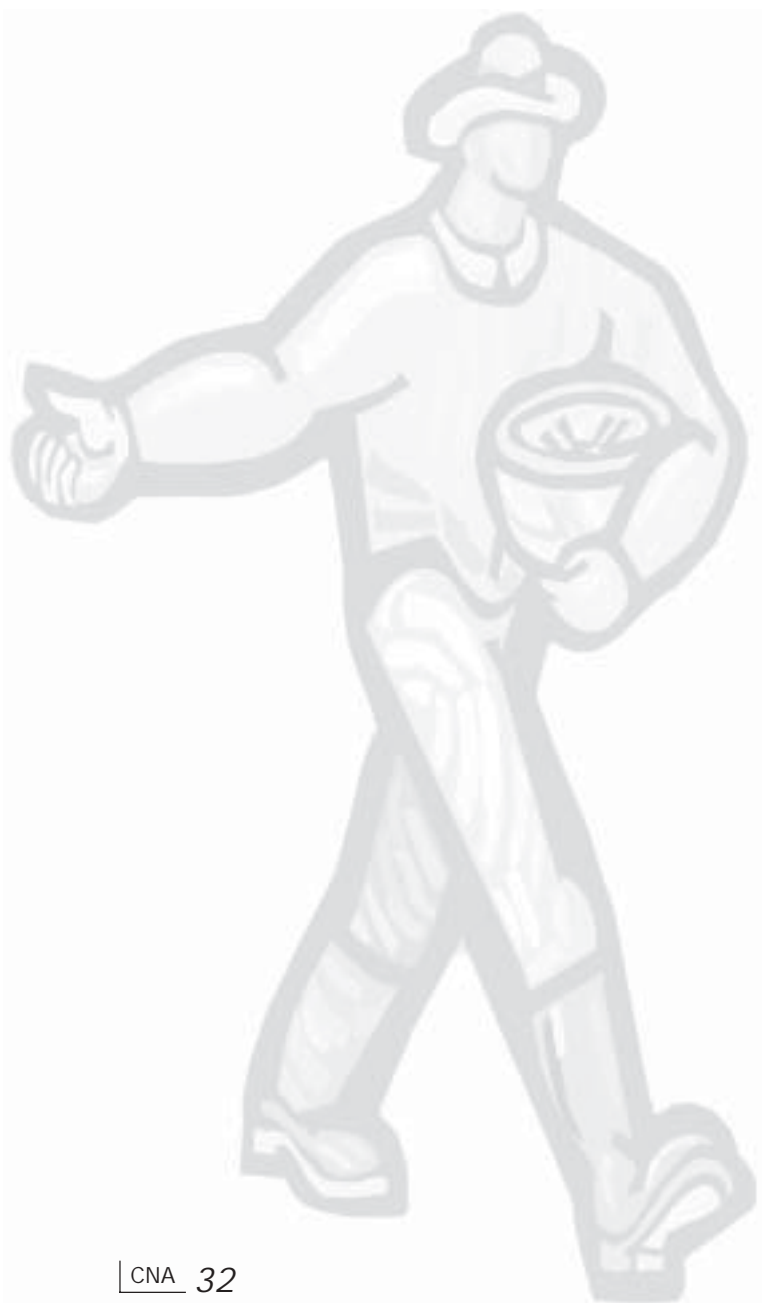
Na contribuição para a MB do Continente, comparada com a % SAU e % UTA's:

	% MB	% SAU	% UTA
Ribatejo e Oeste	32	12,0	15,2
Alentejo	17	51,5	9,0
Entre Douro e Minho	16	5,8	24,5
Trás-os-Montes	12	12,2	16,4
Beira Litoral	11	45,0	21,5
Beira Interior	7	11,2	10,0
Algarve	5	2,7	3,4



O Rendimento Real por UT A (Rendimento Líquido da Actividade Agrícola), tomando como base 100 o ano de 1990 apresenta, em 1999 e em termos de Dimensão Económica, para as explorações de:

MP (Muito Pequena Dimensão Económica)	94,5
P + M + G (Pequena + Média + Grande)	167,7



CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS SECTORES

(Fonte: GPPAA)

1 - VINHO

Para uma produção de 6.710.000 hectolitros na campanha 2000/2001, contribuíram:

VQPRD (a)	3.260.000	48,6%
Vinho Regional	1.342.000	20,0%
Vinho de Mesa	2.108.000	31,4%

(a) Os VQPRD (Vinhos de Qualidade Produzidos em Região Determinada/ Demarcada) incluem os VLQPRD (Vinhos Licorosos) e os VEQPRD (Vinhos Espumantes/Espumosos) de Qualidade, igualmente produzidos em Regiões Determinadas/Demarcadas.

O Sector do Vinho representa 21% do Produto Agrícola Total, em termos de VAB (Valor Acrescentado Bruto).

Verificam-se, desde 1990, profundas alterações no “tipo” de Vinho produzido em Portugal. Enquanto em 1990, o Vinho de Mesa representava 54,8% da Produção Nacional e o Vinho de “Qualidade” 45,2%, no ano de 1999 a situação inverteu-se: 27% de Vinho de Mesa e 73% de Vinho de Qualidade.

O total da Produção de Vinho (2000/2001) é produzido por:

Trás-os-Montes	25,6%
Estremadura	19,5%
Beiras	17,9%
Minho	13,1%
Ribatejo	11,0%
Alentejo	6,5%
Terras do Sado	4,9%
Madeira	0,9%
Açores	0,3%
Algarve	0,2%

Ao nível das Exportações os VQPRD representam 80% do valor das exportações, com destaque para o VLQPRD por to que é responsável por 83% das exportações dos VQPRD.

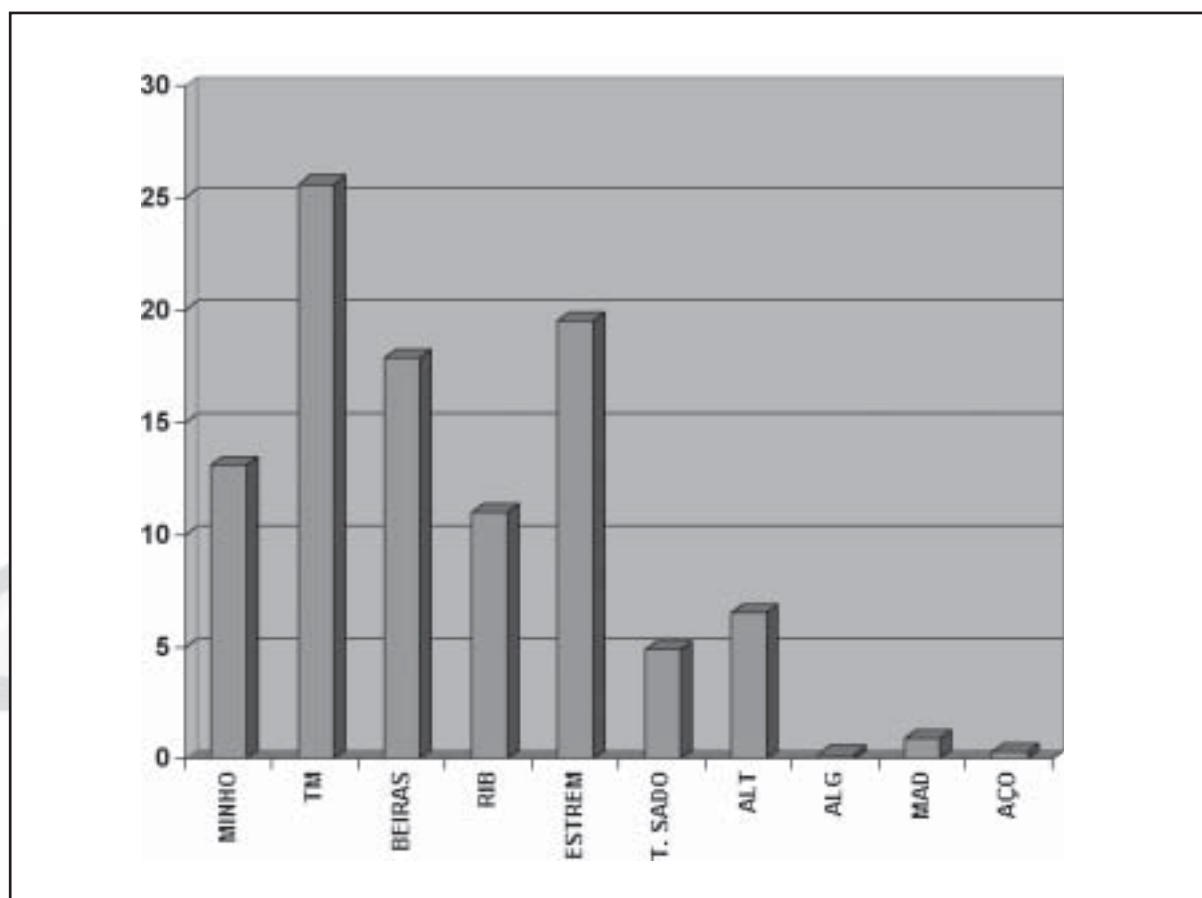
Existe um Programa (VITIS) que é um Plano Nacional de Reestruturação e Reconversão da Vinha para, com 150 milhões de €, reestruturar 20.000 ha de Vinha no período 2000/2005.

Os mecanismos de mercado (que na sua totalidade passam “ao lado” dos Produtores, embora os possam indirectamente beneficiar) são:



Ajudas à Armazenagem Privada de Vinhos e Mostos
Destilação Facultativa (Voluntária e de Crise)

VINHO
PESO DAS REGIÕES
2000/2001
%





2 - FRUTOS E PRODUTOS HORTÍCOLAS

O Sector Horto-Frutícola contribuiu para o Produto Agrícola Nacional com 1.352 milhões de € repartidos em 62% de produtos hortícolas e 38% de frutas.

A produção tem maior relevância no Ribatejo e Oeste, seguindo-se o Algarve e o Alentejo (Frutas) e o Alentejo (Hortícolas).

A produção de Frutos Frescos atingiu em 2000 855 mil toneladas (incluindo Citrinos e Uvas de Mesa) e ocupa 92.000 hectares.

A Maça e a Laranja são as maiores produções (29% cada uma), seguidas da Pêra (13%), Pêssego e Uva de Mesa (7% cada), Tangerina e Cereja.

Os Frutos da Casca Rija (Amêndoa, Noz e Avelã) apresentam produções de 26 mil, 3.800 e 600 toneladas, respectivamente, enquanto se produziram 33.400 toneladas de Castanha.

Os Produtores Hortícolas cifram-se num total de 1.510.000 toneladas em 57.109 hectares, com:

379.000 toneladas de Brássicas (Couves e outras)

191.000	"	"	Cenouras
174.000	"	"	Cebola
121.000	"	"	Alface
94.000	"	"	Tomate Fresco
55.000	"	"	Pimento
21.000	"	"	Feijão Verde

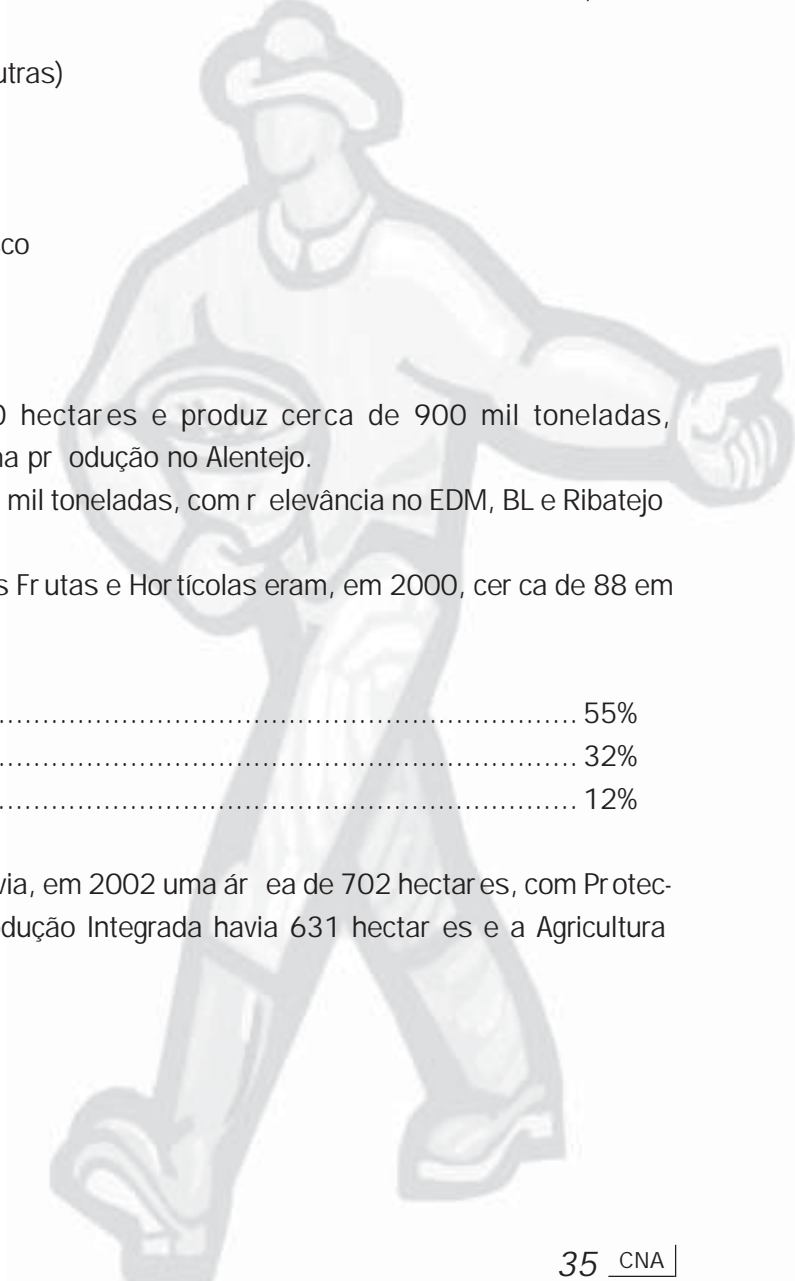
O Tomate para Indústria ronda os 13.500 hectares e produz cerca de 900 mil toneladas, maioritariamente no Ribatejo e Oeste, com alguma produção no Alentejo.

A produção de Batata, em 2000, orçou as 738 mil toneladas, com relevância no EDM, BL e Ribatejo e Oeste numa área de 57.000 hectares.

As Organizações de Produtores, no Sector das Frutas e Hortícolas eram, em 2000, cerca de 88 em 3 fases/situações distintas:

Pré-Reconhecidas	55%
Reconhecidas	32%
No regime de transição	12%

Relativamente à Luta Química Aconselhada havia, em 2002 uma área de 702 hectares, com Protecção Integrada havia 15.490 hectares, com Produção Integrada havia 631 hectares e a Agricultura Biológica funcionava em 2.239 hectares.





3 - AZEITE

Com uma área de Olival de 340.523 hectares em que o maior número de explorações se situa na BI e em TM (37.841 e 37.201) e as maiores áreas se localizam no Alentejo, TM e BI (144.970 – 61.750 – 59.309 hectares, respectivamente), existiam na Campanha 1999/2000 1.220 Lagares reconhecidos, tendo laborado 931, sendo transformadas 342.271 toneladas de Azeitonas que deram origem a 51.257 toneladas de Azeite (média de 14,9%).

Segundo o INGA, a distribuição dos Lagares reconhecidos era, na Campanha 1999/2000:

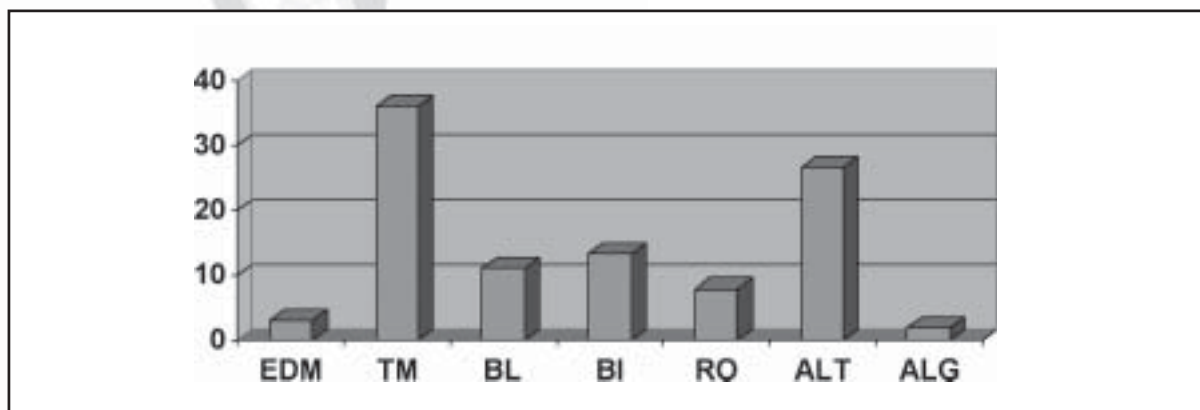
Beira Interior	306
Trás-os-Montes	258
Ribatejo e Oeste	231
Beira Litoral	216
Alentejo	128
E.D.M.	61
Algarve	20

Existe um Programa que prevê a Plantação de mais 30.000 hectares de Olival no período 2000-2006 a que não tem havido resposta por parte dos Agricultores.

Descida de níveis de ajuda comparadas em Quadros Comunitários de Apoio e outros problemas (preços e comercialização de Azeite, invasão do mercado nacional por Azeites de outras origens a preços

“arrasadores”) são algumas questões que urge resolver para não se perder mais uma oportunidade (se calhar a última) de revitalizar este Sector, tão importante económica e socialmente.

AZEITE
2000/2001
%





4 - LEITE DE VACA

Enfrentam a produção de Leite (e os produtores) sérios problemas e ameaças.

De há uns anos a esta parte assiste-se ao “desaparecimento de dezenas de milhares de explorações” (sobretudo Familiares) e à concentração da produção em certas “faixas” com os problemas ambientais que se conhecem.

Ao mesmo tempo que se reduz, drasticamente, o número de explorações, tem aumentado a Produção de Leite sobretudo devido a uma grande melhoria genética dos nossos efectivos com o consequente acréscimo de Produtividades (Kg/Vaca).

Entre 1987 e 2001 o número de Vacas Leiteiras diminuiu 48% em Trás-os-Montes, 42% na Beira Interior, 39% na Beira Litoral e no Ribatejo e Oeste e 67% no Algarve, tendo aumentado 40% na R.A. Açores.

Entre 1984 e 2002 “desapareceram” 85% dos Produtos de Leite (havia 139.000 em 1984 e há 20.000 em 2002), tendo a produção de Leite duplicado no mesmo período.

Na Campanha de 2002/2003 (que vai de 1 de Abril a 31 de Março), a produção de Leite tem aumentado de forma a que, quer o Governo, quer os Produtores, já dão por adquirida a ultrapassagem da Quota Nacional e a consequente penalização para os Produtores que ultrapassem as Quantidades de Referência Individuais.

E a penalização/multa não é de brincar:

São 35,6 € por cada Kg de Leite produzido a mais !!!

Ou seja, a penalização é superior ao próprio valor do Leite (é de 115% sobre o Preço Indicativo)

Como os Produtores não podem dar ordem às Vacas para deixar de produzir, têm que as alimentar, tratar delas, or denhá-las e ainda por cima pagar pesadas multas !!!

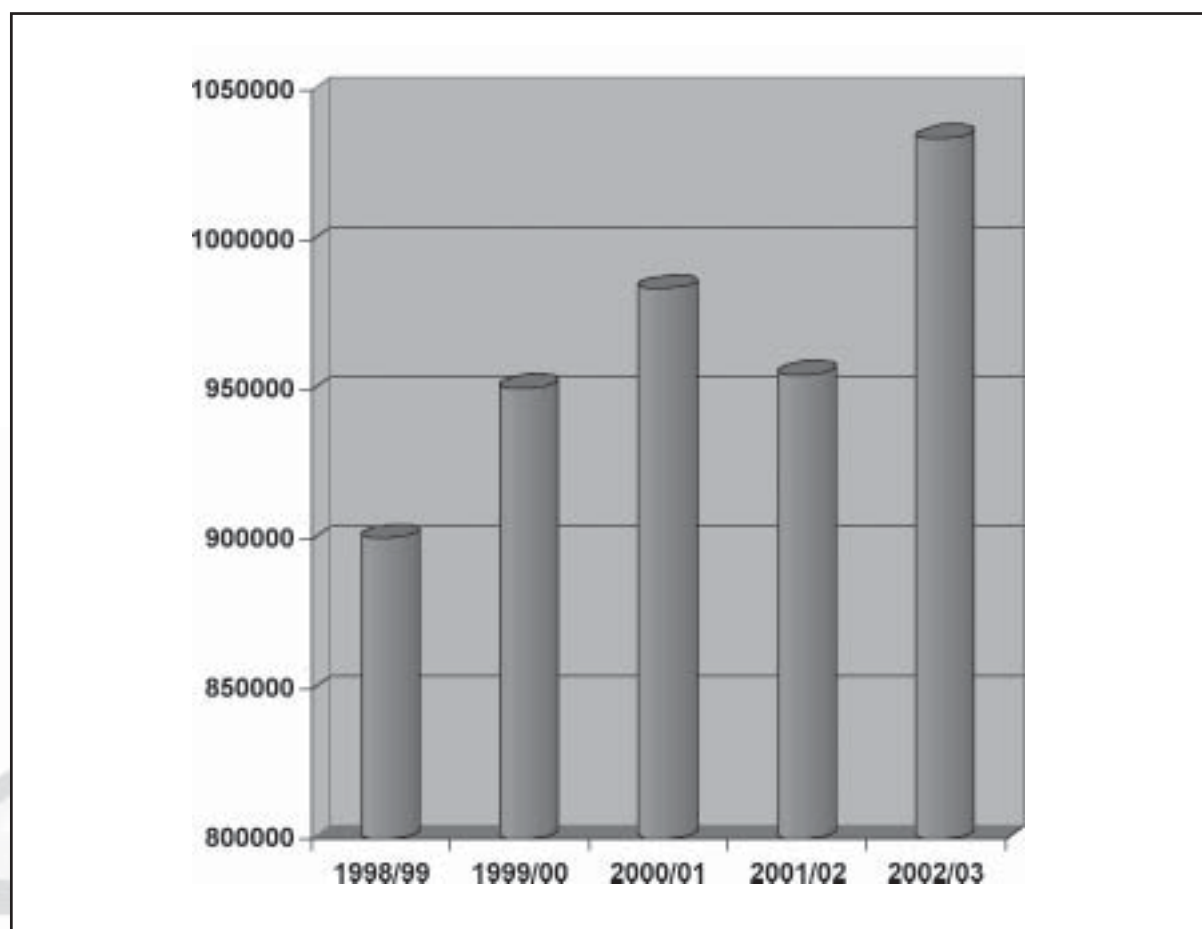
É importante e urgente que o Governo resolva a situação perante Bruxelas: mais Quota para Portugal, invocando até o que aconteceu aquando das negociações da AGENDA 2000) em que a Espanha e a Itália vieram de lá com aumentos de 600.000 e 500.000 toneladas enquanto Portugal trouxe apenas mais 28.000 ...

Para se ter uma ideia da realidade e importância do problema, aqui ficam as Quantidades de Leite recolhidas entre Abril e Setembro de 2002, comparadas com iguais períodos de campanhas anteriores:

1998/99	900.656 toneladas
1999/2000	950.816 “
2000/2001	983.942 “
2001/2002	955.220 “
2002/2003	1.034.022 “



**ENTREGAS DE LEITE
(ABRIL A SETEMBRO)**





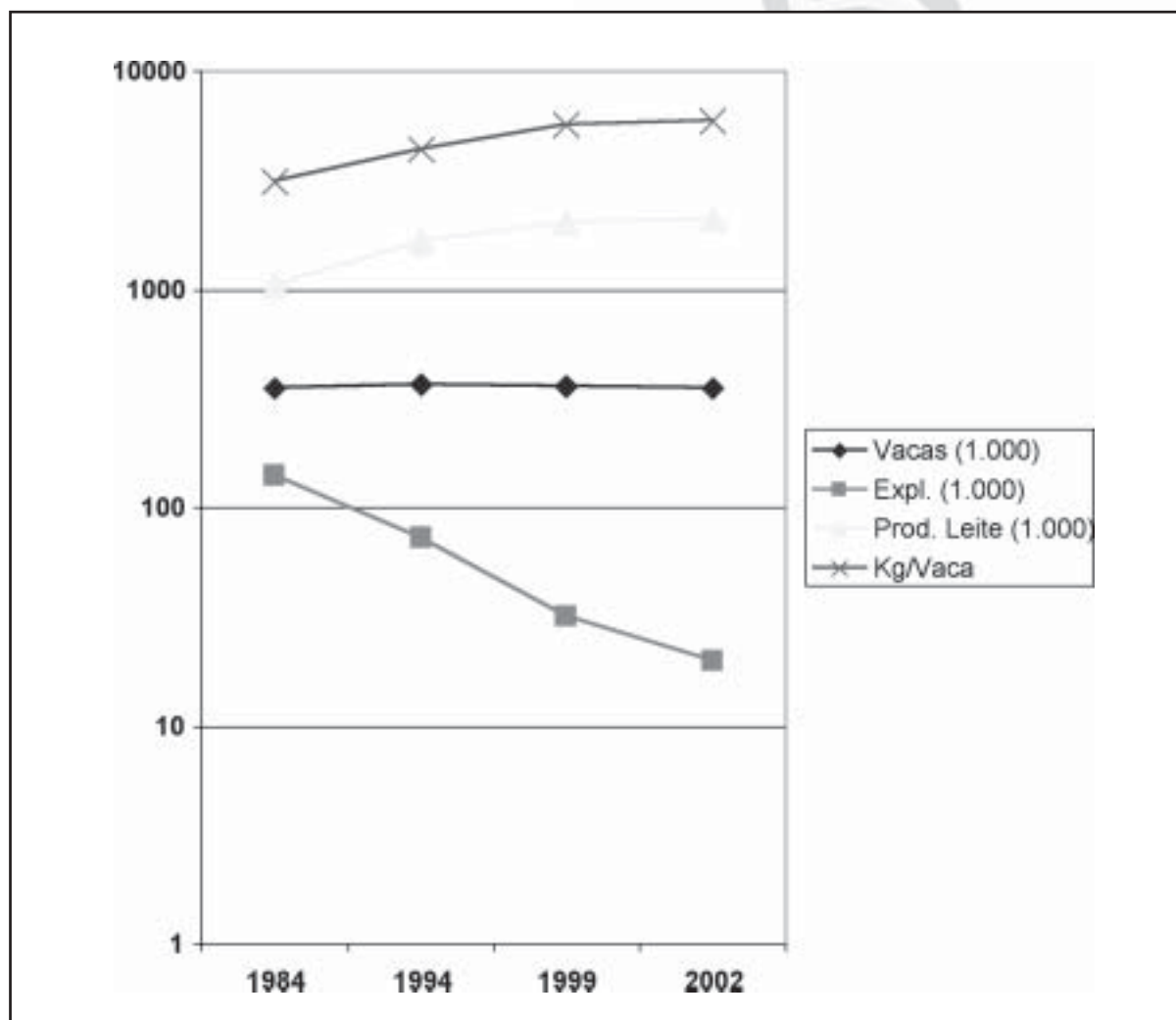
**EFFECTIVOS BOVINOS
(1000 CABEÇAS)**

	1987	1992	2001
TOT. VACAS	643	613	689
VACAS LEITE	422	381	338
VACAS VENTRE	221	232	351

1987/2001

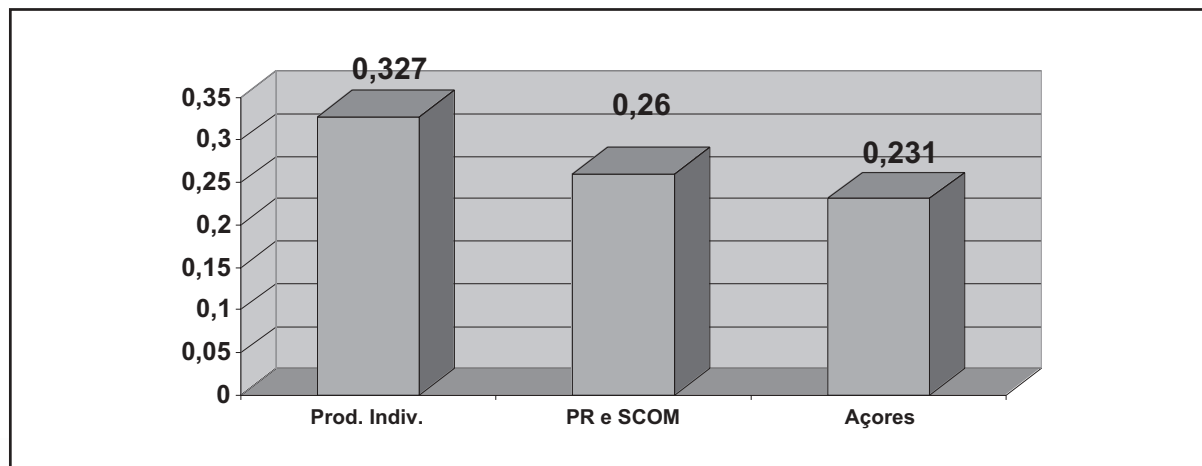
VACAS LEITE - - 20%
VACAS VENTRE - + 59%

VACAS, EXPLORAÇÕES, PRODUÇÃO DE LEITE E RENDIMENTOS

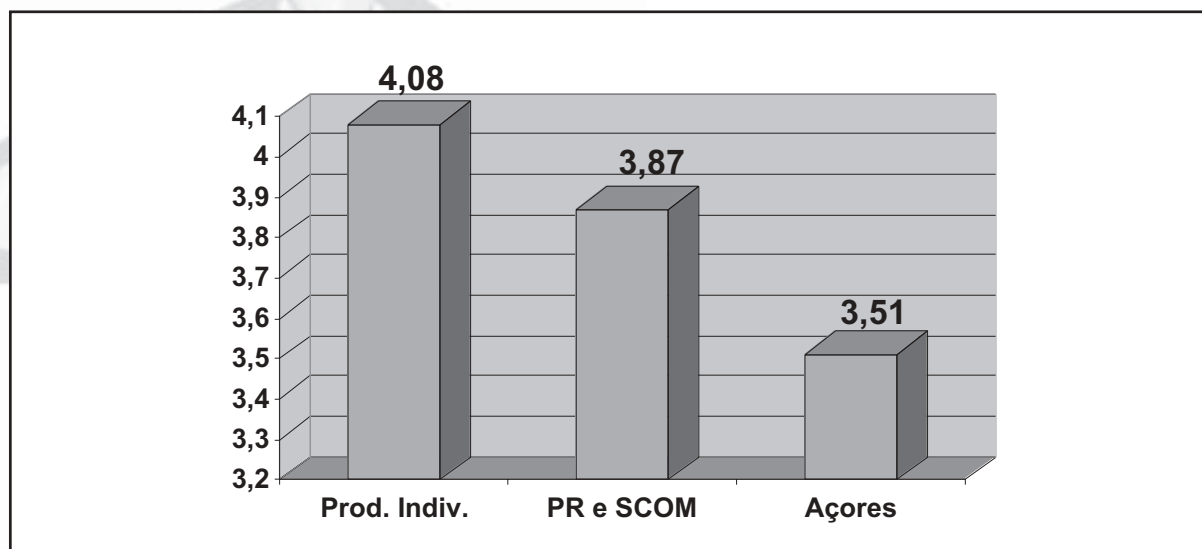




LEITE - PREÇO AO PRODUTOR EUROS/KG



MATÉRIA GORDA %



FINANCIAMENTOS DA PAC A PORTUGAL

Os elementos expressos sobre esta questão foram retirados do Balanço da Campanha 2000/2001, publicação do INGA:

679 milhões de € foi o montante das Ajudas pagas pelo INGA na campanha 2000/2001, a 286.537 beneficiários:

Por tipo der pagamentos em milhões de €:

1 – Ajudas Directas	609
2 – Restituições à Exportação	18
3 – POSEIMA-Abastecimento	14
4 – Restantes Sector es	37

Para Ajudas Directas foram 89,7% do montante total, com destino a:

Produtos Vegetais	334	Milhões de €
Produtos Animais	234	" " "
Indemnizações Compensatórias	41	" " "

Nas Ajudas Directas as Indemnizações Compensatórias foram pagas a 67.778 Agricultores (apenas 25% do total de beneficiários do conjunto de Ajudas Directas) e representam 6,8 % do total pago nas mesmas Ajudas Directas.

Por ordem decrescente de montantes totais pagos, em milhões de €:

Culturas Arvenses	209	34,3
Vacas Aleitantes	74	12,2
Azeite	58	9,5
Ovinos e Caprinos	52	8,5
Erradicação BSE	35	5,8
Bovinos	34	5,6
Tomate	28	4,6
Abate Bovinos + 30 meses	24	4,0
Indemnizações Compensatórias, Animais	24	4,0
" " Áreas	17	2,8

Destes dados, há a salientar:

1 - Para Culturas Arvenses e os Bovinos vão, no conjunto, 57,1% das verbas (ou 62,9% se incluirmos a Erradicação da BSE).



2 - Não foram apoiados Produtos importantes na nossa economia agrícola como Batata, Hortícolas, Uvas, Frutas.

3 - Nestes pagamentos incluíram-se 81.882 hectares de POUSIO (Set-Aside) aos quais, impródutivos, foram pagos 10 milhões de € (2 milhões de contos).

4 - A Repartição Regional dos 609 milhões de € de Ajudas Directas foi a seguinte:

	% MONTANTE	% BENEFICIÁRIOS
Alentejo	41,5	10,3
Ribatejo e Oeste	15,8	7,6
Entre Douro e Minho	11,1	20,2
Trás-os-Montes	8,7	19,9
Beira Interior	7,9	12,6
Beira Litoral	6,9	21,3
Açores	5,5	3,5
Madeira	1,7	2,7
Algarve	1,0	2,3

O Alentejo e o Ribatejo Oeste, receberam 57,3% das Ajudas Directas para 17,9% dos beneficiários e o EDM + TM + BI + BL receberam 34,6% das Ajudas para 74,0% dos beneficiários.

Importa frisar, porém, que nos próprios Alentejo e Ribatejo e Oeste se verificam grandes distorções e assimetrias.

Em termos nacionais, por Produtores, por Montantes pagos e por Escalões de Ajudas temos:

Escalões de Ajuda €	Produtores Pagos		Montantes Pagos		MÉDIA €/ /Produtor
	Nº	%	Milhões €	%	
< 1.000	202.570	74,3	69,8	11,5	344,8
1.000 – 2.495	37.822	13,9	58,5	9,6	1.546,4
2.495 – 12.470	25.894	9,5	130,7	21,5	5.047,5
12.470 – 49.880	4.667	1,7	113,1	18,6	24.239,2
> 49.880	1.655	0,6	236,6	38,9	142.954,4
Total	272.608	100,0	608,8	100,0	2.233,1

Constata-se que:

1 - Beneficiários acima de 49.880 € de Ajudas Directas representam apenas 0,6% do total dos Beneficiários e recebem 38,9 % do total, a uma média de 142.954 €/cada (1.655 de entre 272.608 beneficiários)



2 - Os Beneficiários que recebem até 2,495 € são 240.392, constituem 88,2% do total e recebem 21,1% do total as Ajudas, a uma média de 534 €/cada

3 - Havendo 1.655 beneficiários com ajudas cima de 49.880 €, a receberem 38,9 € do total, no Alentejo e Ribatejo e Oeste que, como atrás se disse recebem no conjunto 57,3% das Ajudas o total de beneficiários são 48.873 pelo que, na realidade, há "Alentejanos e Alentejanos" e "Ribatejanos e Ribatejanos" ...

Nestas duas Regiões, "acusadas" na globalidade de grandes recebedores dos dinheiros do INGA, há 47.218 Agricultores (96,6%) que recebem menos de 49.880 €.

As Ajudas Directas estão, como é sabido e bastante tem sido criticado (e com razão) pela Agricultura Familiar e seus representantes, muito dependentes das áreas das explorações e menos dos aproveitamentos e das produtividades.

Classe de Área(Ha de SAU)	%EXPLORAÇÕES	%AJUDAS	SAU/EXPL.(Ha)	€/EXPLORAÇÃO
0 - 3	55,9	12,3	1,3	510
3 - 10	25,9	12,4	5,4	1.108
0 - 10	81,8	24,7	2,6	699
10 - 30	10,8	11,2	16,7	2.388
30 - 100	4,2	12,9	52,4	7.034
> 100	3,1	51,2	371	38.102
> 30	7,3	64,1	188	20.227
Total	100,0	100,0	17,7	2.313

Havendo, nesta desagregação, um aparente equilíbrio na classe de áreas entre os 10 e os 30 Ha de SAU (10,8% dos beneficiários, 11,2% das Ajudas e SAU média de 16,7 Ha), o que resta claro é o grande desfazamento nos outros 2 agregados:

Até aos 10 Ha de SAU são 81,8% das explorações, recebem 24,7% das Ajudas, com 699 €/exploração e 2,6 Ha de SAU média.

Acima dos 30 Ha de SAU são 7,3% das explorações recebem 64,1% das Ajudas a uma média de 20.777 €/exploração e 188 Ha de SAU média.

Por último nestas coisas de Financiamentos da PAC em Portugal, é curioso (para não dizer outra coisa), a distribuição dos beneficiários por NUTS (nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos).

Demo-nos ao cuidado de calcular a média de Ajudas por beneficiário em todos os Concelhos do País e o ordem é a que se segue:

1 - Os 7 concelhos que mais recebem por beneficiário:

1º Porto	132.345 €
2º Cascais	99.191 €



3º Funchal	69.042 €
4º Loures	45.400 €
5º Benavente	44.289 €
6º Oeiras	35.608 €
7º Vila Franca de Xira	32.452 €

A par tir do 7º verificam-se já grandes diferenças.

2 - Os concelhos que menos recebem por beneficiário (já sem contar com a Madeira onde na Ponta do Sol e na Ribeira Brava a média é de 153 e 177 € por beneficiário) são:

	€/beneficiário
1 - Pampilhosa da Serra	186
2 - Castanheira de Pêra	222
3 - Mesão Frio	226
4 - Oleiros	234
5 - Góis	236
6 - Pedrógão Grande	238
7 - Vila Nova de Poiares	257

Nesta listagem dos Concelhos que menos recebem por beneficiário não se verificam as grandes diferenças entre o 7º e o 8º que se constata nos que mais recebem.

Com menos de 400 €/beneficiário há mais 11 concelhos (Penacova, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Viseu, Arganil, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Mação, Vila de Rei e Sardoal).

Entre 400 e 700 €/beneficiário há ainda 57 concelhos (Chaves, Murça, Póvoa do Lanhoso, Amaral, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Peso da Régua, Sabrosa, Sta. Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Vale de Cambra, Caminha, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Vila Nova da Cerveira, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Resende, Condeixa-a-Nova, Águeda, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Manteigas, Meda, Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Morágua, Nelas, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Vouzela, Alvaiázeres, Ansião, Lousã, Oliveira do Hospital, Penela, Tábua, Proença-a-Nova, Serpente, Gouveia, Seia, Ferreira do Zêzere, Ourém, Gavião e S. Brás de Alportel).

Estamos a falar de 86.020 Famílias (as que recebem até 750 €/beneficiário) que também estão na "CEE" ou na União Europeia (como agora se diz) !!!

Há, nesta listagem dos Concelhos que menos recebem por beneficiário tantos Concelhos predominantemente Florestais (o que seria uma "argumentação") como Concelhos predominantemente Agrícolas – basta conhecê-los.

E a respeito de Concelhos predominantemente Agrícolas, interressará constatar que:



a) Os Agricultores do Concelho de Valpaços recebem, em média/cada 122 vezes menos que os “beneficiários” do INGA do Concelho de Cascais;

b) Os Agricultores do Concelho de Arcos de Valdevez recebem, em média, 125 vezes menos que os seus “colegas” de Cascais;

c) Os Agricultores do Concelho de Viana do Castelo (1.897) recebem, em média 129 vezes menos que os seus “beneficiários” do Concelho de Cascais;

d) Os Produtores do Concelho de Mealhada recebem, em média, 126 vezes menos que os seus “colegas” do Concelho Cascais;

e) Os beneficiários do INGA no Concelho do Porto, recebem, em média/cada um:

147 vezes mais que os do Concelho de Vagos;

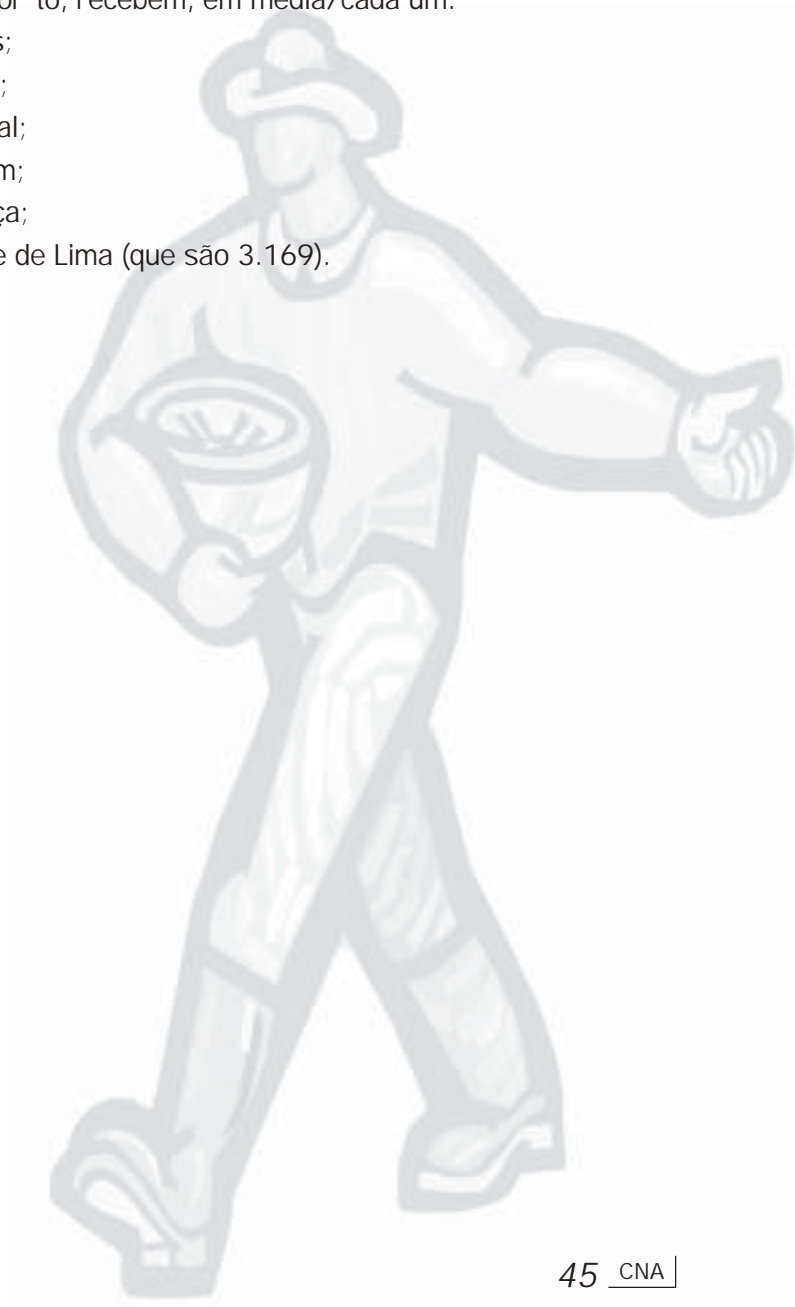
96 vezes mais que os do Concelho do Fundão;

151 vezes mais que os do Concelho do Pombal;

54 vezes mais que os do Concelho de Almeirim;

97 vezes mais que os do Concelho de Alcobaça;

183 vezes mais que os Agricultores do Ponte de Lima (que são 3.169).







DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento Rural (por todos considerado como instrumento e objectivo de grande alcance) não tem sido (nem é) dotado de verbas orçamentais suficientes para que se consiga levá-lo à prática, já que, em termos de União Europeia, representa apenas 10% das Ajudas Agrícolas.

Quando das discussões/conclusões de AGENDA 2000 / Reforma da PAC os objectivos foram definidos:

- Criar um Sector Agrícola e Silvícola mais forte;
- Aumentar a competitividade das Zonas Rurais
- Preservar o Ambiente e o Património Rural Europeu
- Constituir o enquadramento coerente e sustentável para o futuro das zonas rurais que pretendam restaurar e reforçar a competitividade, contribuindo para a manutenção do emprego;
- Favorecer a diversificação e a expansão do tecido económico nas zonas rurais;
- Exploração do potencial endógeno das zonas, com vista à criação de emprego ou fontes de rendimento complementar de modo a fixar a população.

Os principais elementos da “nova política” de Desenvolvimento Rural passaram a ser:

- Investimentos nas Explorações Agrícolas;
- Instalação de Jovens Agricultores;
- Formação Profissional;
- Reforma Antecipada;
- Indemnizações Compensatórias;
- Medidas Agro-Ambientais;
- Transformação e Comercialização;
- Silvicultura;
- Medidas de Adaptação e Desenvolvimento das Zonas Rurais.



Os vários Estados-Membros adequaram e adaptaram os seus próprios Programas de Desenvolvimento Rural.

Uns com Programas Horizontais, outros com Programas Regionais e outros com Programas Horizontais e Regionais.

De qualquer dos modos havia aqui “margens de manobra” nacionais que foram diferentemente aproveitadas ou dirigidas.

Assim:

A Bélgica decidiu promover uma exploração das superfícies agrícolas orientada para uma aplicação mais alargada dos métodos de produção inócuos para o Ambiente (agricultura biológica, projectos de demonstração e ajudas à gestão das explorações) no seu Programa Horizontal e pôr em execução 2 Programas Regionais (Flamengo e Valão) com objectivos específicos;

A Dinamarca optou por criar condições mais adequadas de um Desenvolvimento sustentável, melhorando as oportunidades de emprego nas regiões rurais, desenvolvendo novos produtos agrícolas e integrando melhor os requisitos ambientais num sector agrícola e florestal eficiente;

A Alemanha definiu um Quadro Geral de Desenvolvimento Rural e Programas Operacionais Regionais com objectivos concretos, diferentes e específicos;

A Grécia optou por um Programa Horizontal para reforçar a competitividade da Agricultura, preservando simultaneamente o Ambiente e promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável das zonas rurais.

A Espanha aplicou um PDR Horizontal para apoiar a gestão sustentável do espaço rural, melhorar as condições de produção e as estruturas das explorações agrícolas, conjugado com a protecção do ambiente e ainda Programas Regionais específicos para Aragão, Catalunha, Ilhas Baleares, La Rioja, Madrid, Navarra e País Basco.

A França decidiu-se por um PDR Horizontal e 2 Programas diferentes para os seus “Departamentos”.

A Irlanda optou por 3 Programas inter-regionais e por 2 Programas Regionais (infra-estruturas locais, desenvolvimento das empresas locais, agricultura e desenvolvimento rural e inclusão social e apoio à criança);

A Itália aplica exclusivamente Programas Regionais para 19 regiões e 2 províncias autónomas;

A Áustria preferiu um PDR Horizontal para promover a competitividade no Sector Agrícola, sustentável do ponto de vista ambiental, mantendo simultaneamente a importância das explorações familiares;

Portugal optou pelos seguintes Programas:

AGRO (nível nacional);

AGRIS (nível regional);

RURIS (nível nacional);

VITIS (nível nacional);

LEADER + (nível nacional), este comunitário.

As grandes questões que se põem na implementação destes Programas é que têm que ser cofinanciados pelos Orçamentos dos Estados-Membros, ao contrário das Políticas de Preços e Mercados que são financiadas a 100% pelo FEOGA-Garantia.



E aqui põem-se aos E.M. mais débeis económica e financeiramente pr oblemas de dotações orçamentais nacionais para co-financiar em pelo menos 25% todos estes Pr ogramas.

Acontece, como no caso Por tuguês, que os Agricultor es não recebem os máximos compar ticipados em 75% pela U.E., em situações tais como:

Reforma Antecipada;

Indemnizações Compensatórias;

Medidas Agr o-Ambientais.

Para além disso, a opção do Gover no Por tuguês, numa situação de escassez de meios financeir os, ainda incluiu no “Pacote” das Agr o-Ambientais coisas como prémios à Manutenção do Restolho e à Conservação de Palha no Solo, além de algumas das Ajudas sem limite de ár ea e outras que, pelo nosso ponto de vista, apenas irão beneficiar uma minoria já beneficiada lar gamente pela Política de Preços e Mercados.





PROGRAMA AGRO

- Medida 1 – Modernização, Reconversão e Diversificação das Explorações
- Medida 2 – Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas
- Medida 3 – Desenvolvimento Sustentável das Florestas
- Medida 4 – Gestão e Infra-estruturas Hidro-Agrícolas
- Medida 5 – Prevenção e Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola
- Medida 6 – Engenharia Financeira
- Medida 7 – Formação Profissional
- Medida 8 – Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração
- Medida 9 – Infra-estruturas Formativas e Tecnológicas
- Medida 10 – Serviços Agro-Rurais Especializados

MEDIDA AGRIS

- Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura
- Acção 2 – Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade
- Acção 3 – Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas
- Acção 4 – Serviços à Agricultura
- Acção 5 – Gestão de Recursos Hídricos e Emparelhamento
- Acção 6 – Caminhos e Electrificação Agro-Rurais
- Acção 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural
- Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural

PROGRAMA RURIS

- Florestação de Terras Agrícolas
- Medidas Agro-Ambientais
- Cessação de Actividade
- Indemnizações Compensatórias



ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

Foi recentemente decidido o Alargamento da União Europeia a mais 10 Países: República Checa, Estónia, Hungria, Letónia; Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Chipre e Malta.

Novos desafios, novas oportunidades e novos problemas.

1 - Os actuais E.M. mais ricos e produtivos têm mais 75 milhões de consumidores, mais oportunidades de escoar os seus produtos (excedentários) e largas hipóteses de investimentos nesses novos E.M.;

2 - Os actuais E.M. mais débeis económica e financeiramente (que não têm praticamente nada para exportar nem meios financeiros para investimentos no exterior), como é o caso de Portugal, vão-se defrontar:

Com produtos a custos e preços mais baixos;

Com novas "concorências" em campos e áreas importantes para as economias agrícolas nacionais (só a Polónia tem uma área de Batata igual à actual UE-15 e um efectivo de 3 milhões de Vacas Leiteiras);

Com mais candidatos à "pequena fatia" do FEOGA-Orientação (Desenvolvimento Rural);

Com descida dos níveis de apoio actuais da mesma Secção do FEOGA o que obrigará a maiores comparações nacionais (e na situação actual já vimos os inconvenientes disso);

Com a "promoção" estatística e administrativa de Países "pobres" a Países "remediados" só porque entram mais 10 parceiros ainda mais pobres.

Portugal, que até agora tinha um PIB/Habitante inferior a 75% da média comunitária e por isso beneficiava de maiores % de Apoios Comunitários do FEOGA-Orientação passará, com a nova média europeia, a ultrapassar esses 75% e irá ver "abalar" parte dessas comparações.

Actualmente, Portugal tem, em termos gerais, um PIB/Habitante de 73% da Média Comunitária, por isso está no Objectivo 1 e tem apoios reforçados.

Com a UE a 25, Portugal passará, no geral, a apresentar um PIB/Habitante igual a 83% da Média da

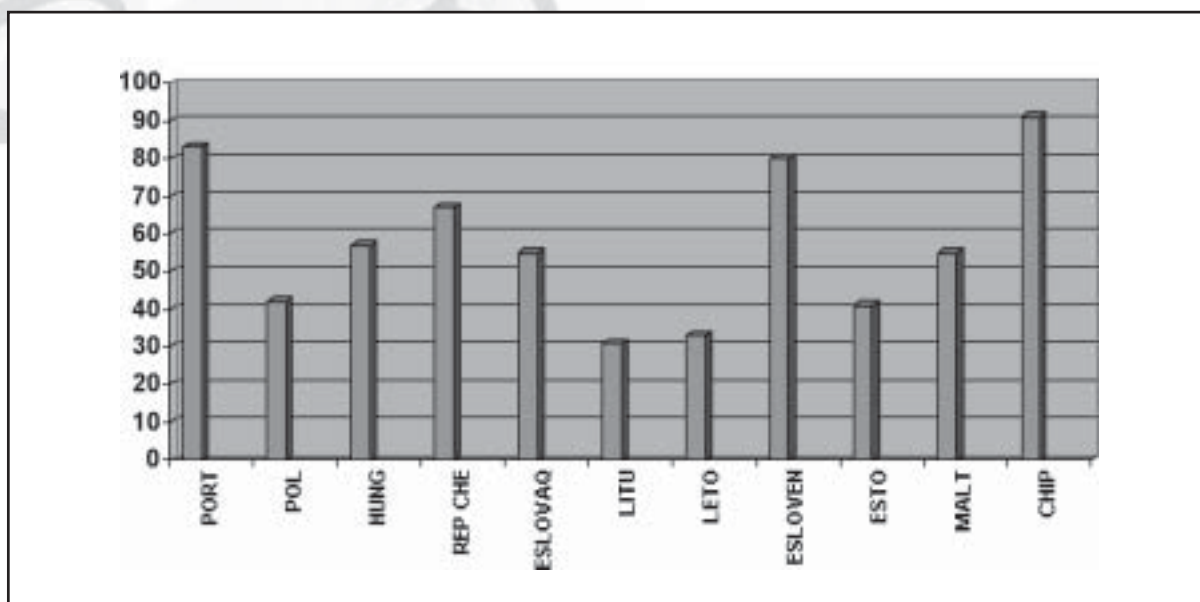


Nova União (acima dos tais 75%), enquanto que os novos “parceiros” apresentarão:

Polónia (38,6 milhões de habitantes)	42%
Hungria (10,1 milhões de habitantes)	57%
Rep.Checa (10,3 milhões de habitantes)	67%
Eslováquia (5,4 milhões de habitantes)	55%
Lituânia (3,7 milhões de habitantes)	31%
Letónia (2,4 milhões de habitantes)	33%
Eslovénia (2,0 milhões de habitantes)	80%
Estónia (1,4 milhões de habitantes)	41%
Malta (0,4 milhões de habitantes)	55%
Chipre (0,7 milhões de habitantes)	91%

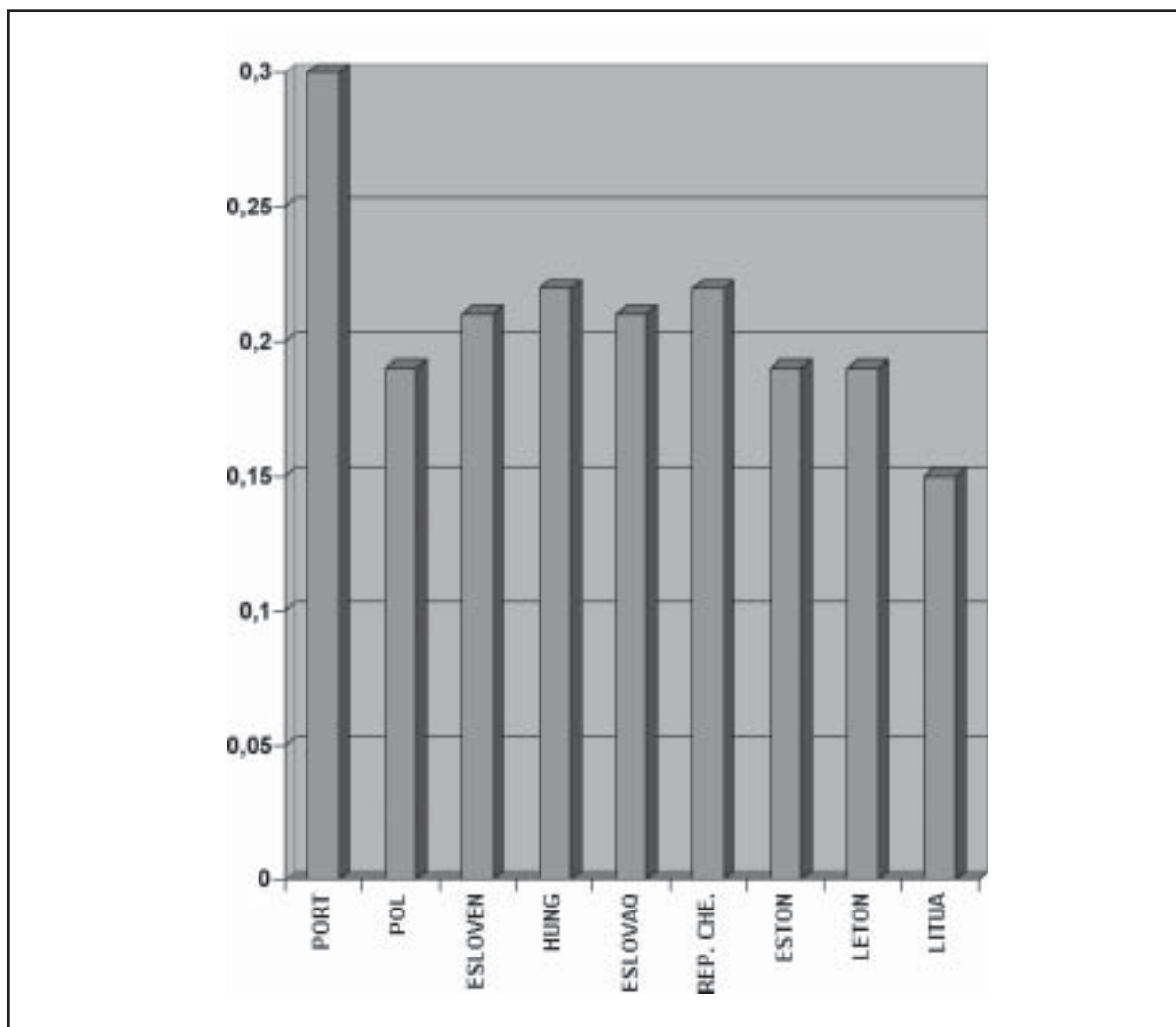
Para além disso e falando-se (e bem) ultimamente, em privilegiar apoios de acordo com o factor humano (Trabalho, População Activa Agrícola), convém lembrar que a Polónia tem 18,1% da sua População Activa na Agricultura, a Lituânia 20,2% e a Letónia 15,3% (qualquer deles muito acima de Portugal).

PIB / HABITANTE
UE - 25 = 100





PREÇO LEITE AO PRODUTOR (EUROS / KG)



Em Dezembro de 2002, a “cimeira” adoptou um conjunto de medidas especiais em benefício dos Agricultores dos países candidatos à Adesão, de que salientamos:

1. Os Novos Estados-Membros beneficiarão de um conjunto de medidas de Desenvolvimento Rural, especialmente adaptado às suas necessidades e cujas condições são MAIS FAVORÁVEIS do que as aplicadas aos actuais EM;

2. As Ajudas Directas (progressivas ao longo dos anos), poderão ser complementadas com verbas co-financiadas até 40% pelos Fundos para o Desenvolvimento Rural e a partir de 2007 os novos EM poderão continuar a complementar os pagamentos directos comunitários até 30% acima do nível transitório aplicável no ano em causa, mas com um financiamento inteiramente a cargo de Fundos Nacionais;



3. Os Agricultores dos novos EM terão acesso integral e imediato às medidas respeitantes ao mercado previstas pela PAC, tais como as Restituições à Exportação e a Intervenção no Sector dos Cereais, Leite em Pó Desnatado e Manteiga;

4. As medidas de Desenvolvimento Rural elegíveis são financiadas a 80% pelo Orçamento Comunitário e envolvem, sobretudo:

- a) A Reforma Antecipada dos Agricultores
- b) O Apoio às Zonas Desfavorecidas
- c) Programas Agro-Ambientais
- d) Florestação de Terras Agrícolas
- e) Medidas Específicas a favor das Explorações em Regime de Semi-subsistência
- f) Criação de Agrupamentos de Produtores

5. A título do Regime Simplificado, os novos EM poderão optar por conceder Pagamentos Directos durante um período limitado sob a forma de uma Ajuda Superfície DISSOCIADA DA PRODUÇÃO e aplicada a toda a superfície agrícola.





NOTA FINAL

Procurámos incluir neste Cader no Técnico um conjunto de Infor mações, Dados e Opiniões. Porque acreditamos que a política de “avestr uz” não tem futur o e porque cremos que a Agricultura Familiar tem o dir eito a ter futur o.

Assim haja políticas agrícolas adequadas !!!

A MODULAÇÃO e o PLAFONAMENTO podem (e devem) ajudar a constr uir esse futuro, corrigindo injustiças e assimetrias e apoiando quem trabalha e quem pr oduz.

Temos propostas concr etas que poderão levar a aumentar as verbas para o Desenvolvimento Rural no nosso País em mais 54 milhões de €/ano do que a proposta da Comissão Europeia na Revisão Intercalar da PAC.

Queremos, finalmente, para um País que é o nosso (e também para diminuir o déficit da Balança Comercial Agrícola, que ultrapassa os 3 mil milhões de €/ano – 600 milhões de contos):

Preços justos à Pr odução;

Ajudas ligadas à Pr odução;

Aumentos de Quotas e Dir eitos para diminuir a nossa dependência exter na;

Produzir com Qualidade e Segurança para o Consumidor;

Combater a Deser tificação e o Êxodo Rural;

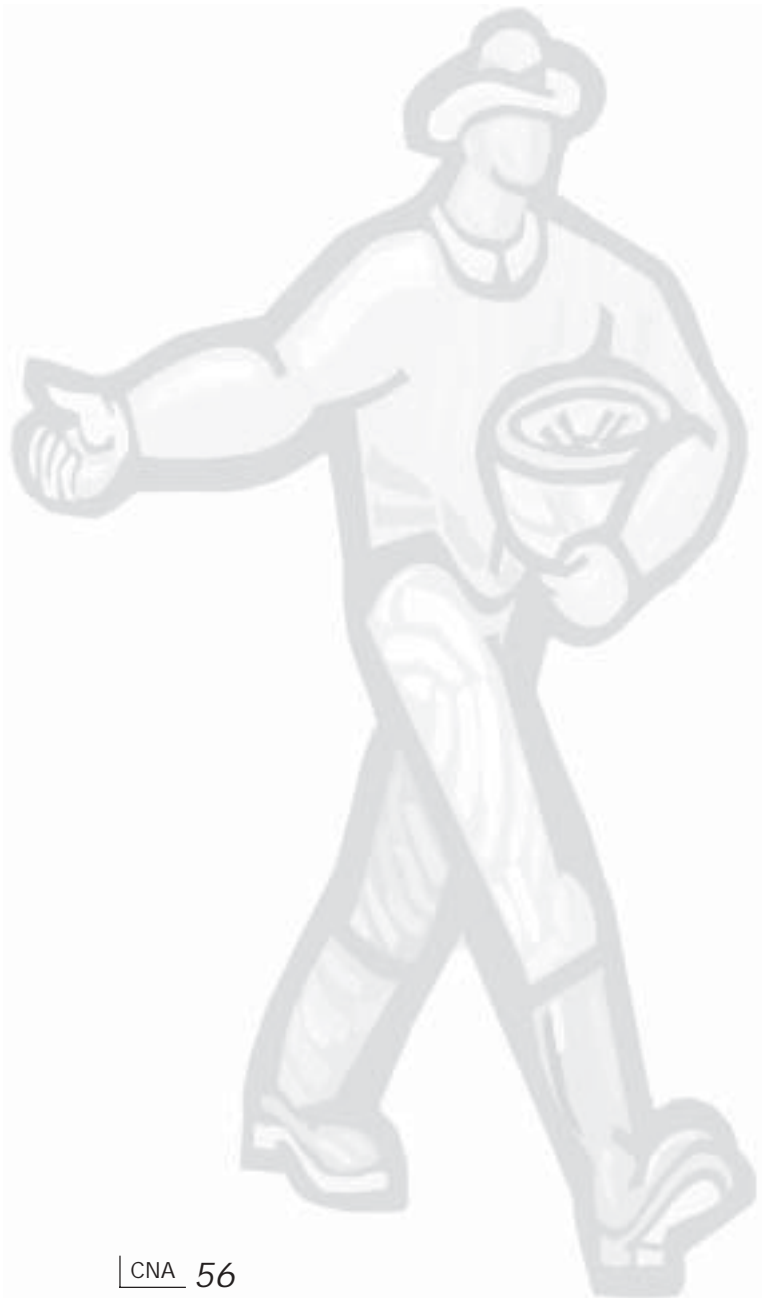
Preservar o Ambiente e a Paisagem;

Apoios ao Desenvolvimento Rural r egionalizadas e por gr upos de realidades, potencialidades, pers-pectivas e necessidades;

Maiores dotações orçamentais (Comunitária e Nacional) para o Desenvolvimento Rural;

Implementação da Modulação e do Plafonamento de for ma justa e equilibrada de modo a cor rigir injustiças, desigualdades e assimetrias entr e Agricultor es, Regiões e Estados-Membr os, com discrimi-nação positiva para a Agricultura Familiar e para as Zonas Desfavor ecidas;

UM MUNDO RURAL VIVO !





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA

Sede Nacional:

Rua do Brasil, 155 — 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708960 — Fax: 239 715370
cna@cna.pt — www.cna.pt

Delegações:

LISBOA Rua do Salitre, 171-1º — 1250-199 LISBOA
Tel.: 21 3867335 — Fax: 21 3867336

NORTE R. Marechal Teixeira Rebelo, Pr. Quinchosos, lote T — 5000 VILA REAL
Tel.: 259 348151 — Fax: 259 348153 – E-mail: cnavreal@mail.telepac.pt

ALENTEJO R. 5 de Outubro, 75 — 7000-845 ÉVORA
Tel.: 266 707342 — Fax: 266 707317 – E-mail: cna-alentejo@mail.telepac.pt

BRUXELAS Place Bara, 18 - Entresol — B-1070 BRUXELLES – BELGIQUE
Tel.: 00322 5273789 – Fax: 00322 5273790

